

Jovens nos territórios rurais: oportunidades e constrangimentos

Livro Branco – Abordagem e recomendações do Projeto JOBtOC para a revitalização dos territórios rurais



Cofinanciado por:



Livro Branco – Abordagem e recomendações do Projeto JOBToc para a revitalização dos territórios rurais



FICHA TÉCNICA

LIVRO BRANCO – ABORDAGEM E RECOMENDAÇÕES DO PROJETO JOBToc PARA A REVITALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS – INTEGRADO NO PROJETO “JOBTOC – JOVENS NOS TERRITÓRIOS RURAIS: OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS” [PDR2020-20.2.4-FEADER-055321]

COORDENAÇÃO GERAL PUBLICAÇÃO: ANIMAR

RELATOR: Álvaro Cidrais | ANIMAR

COORDENAÇÃO DO PROJETO: FCUL – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa | Cristina Cruz

PARCERIA PROJETO: INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária | CFE – Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra | ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

EQUIPA CIENTÍFICA: Ana Ventura, FCUL | Célia Lavado, ANIMAR | Cristina Cruz, FCUL | Fátima Alves, CFE-UC | Inês Pacheco, FCUL/FCUC | José Matos, INIAV | Maria João Parreira, INIAV | Paula Castro, CFE-UC | Paulo Costa, CFE-UC

Foto de capa: Álvaro Cidrais, Monsanto, 2019

Dezembro de 2021

INDICE

Preâmbulo	02
Introdução	03
Enquadramento do tema	04
Uma breve história de políticas para o espaço rural	04
Um outro olhar da Europa – A Visão de Longo Prazo para os espaços rurais	07
Os diversos espaços rurais	09
O foco de observação JOBToc: os estatutos JER, JA e AF	12
Constatações sobre a realidade analisada	13
Exemplos de empreendedorismo e inovação em meio rural	18
O processo empreendedor e a revitalização dos diversos rurais	20
As sinergias as condições e as perceções dos empreendedores	28
As perceções dos/as jovens empreendedores/as	35
Tendências dos perfis e modelos de negócios inovadores	40
As dúvidas e desafios de um novo futuro	42
Os debates emergentes	43
Políticas e vias para o desenvolvimento	45

02

Preâmbulo

O envelhecimento dos produtores agrícolas e o (des)povoamento rural são, reconhecidamente, um problema português e europeu, levando-nos a questionar sobre a coesão, a solidariedade territorial e as diferentes condições de vida dos empreendedores jovens em espaço rural.

É um tema complexo e atual na agenda europeia, que se inicia com a adesão de Portugal à CEE, a partir da PAC (Política Agrícola Comum), com a sua evolução no sentido do desenvolvimento rural baseado na Coesão. Hoje, numa perspetiva mais sustentável de resposta às Alterações Climáticas, ganha cada vez mais relevância.

Vivemos uma fase de transição entre eras tecnológicas, em que se recriam novas relações e condições de produção, consumo, relação, entre outros. nos contextos rurais e urbanos, bem como entre eles, com uma grande consciência do desafio climático e na perspetiva de um percurso de extinção de habitats e espécies com a proliferação de novas formas de renaturalização e artificialização.

Neste âmbito, a promoção do debate sobre o rejuvenescimento rural, vai para além do contexto agrário, e mesmo rural, integrando aspetos muito relevantes da emergência de novos paradigmas territoriais, sociais e de governação. Assim, será preciso olhar por diferentes prismas, valorizar diferentes perspetivas, avaliar as condições para o desenho de políticas, instrumentos, medidas, ações, agentes de revitalização dos espaços rurais e dos ecossistemas. Será preciso aprofundar um debate com base no passado, no presente e com os olhos num futuro muito desconhecido, social e tecnologicamente diferente.

As políticas do futuro – eventualmente mais complexas, participadas e integradas – deverão ser capazes de gerir uma realidade mais digitalizada, de sistemas adaptativos complexos, com alta intensidade de ligação, sob fortes tensões climáticas, demográficas, tecnológicas, económicas e políticas, num horizonte em que a extinção de espécies é evidente em vários níveis da cadeia ecológica, alertando para o que possa acontecer à própria espécie humana.

Neste contexto, este Livro Branco poderá, acima de tudo, ser um contributo para abrir os horizontes de debate sobre o modo como poderemos desenhar «as políticas de fixação de jovens em meio rural» com a finalidade de promover a revitalização dos espaços rurais, principalmente dos que possuem baixa densidade populacional.

Será, com certeza, um debate longo, onde se conjugam múltiplas disciplinas e aprendizagens.

Introdução

O JOBToc pretende contribuir para um debate nacional sobre a fixação de jovens em territórios rurais, e sobre o futuro do “Rural” em Portugal.

Os Livros Brancos pretendem lançar o debate com as partes interessadas, contribuindo para o seu envolvimento e comprometimento de cidadãos, coletivos, organizações e territórios. Este Livro Branco é um contributo para abordar as condições para a revitalização dos territórios rurais – um produto do projeto “*JOBToc – Jovens nos Territórios rurais: oportunidades e constrangimentos*” que se desenrolou entre 2020 e 2021, no contexto da pandemia Covid-19.

Poderemos iniciar este debate a partir do que explorámos no terreno, facilitando a ligação entre um passado/presente, vivenciado e descrito nos casos estudados, tentando perspetivar um futuro de diversidade que pode ser (re)imaginado no horizonte de 2040.

Vamos fazê-lo numa abordagem que, primeiro que tudo, enquadra e descreve a realidade que foi possível analisar, apresentando, de modo sucinto, as principais políticas inerentes ao empreendedorismo agrário e rural e perante um novo olhar da Europa, numa visão de longo prazo, para 2040.

Com esse panorama de referência, iremos delimitar a problemática no contexto português, onde existem vários rurais e múltiplos processos de empreendedorismo e de inovação.

No percurso deste Livro, iremos apresentar alguns factos, testemunhos, constatações que a realização de contactos, inquéritos e entrevistas permitiram encontrar no contexto do empreendedorismo e agricultura em espaço rural. É um olhar limitado pelo contexto pandémico, no qual foi impossível contornar diversas condicionantes dos confinamentos.

A partir deste ponto de vista, reflete-se sobre ser agricultor/a, os estatutos (de Agricultura Familiar, Jovem Agricultor e Jovem Empresário Rural), as condições, as perceções, as oportunidades e constrangimentos e as ações dos jovens empreendedores, procurando também identificar perfis de inovação nos negócios em espaço rural.

Encerra-se o caminho com alguns desafios, entre os quais, o de repensar e de redesenhar novas abordagens no campo das políticas públicas, salientando algumas questões emergentes.

Enquadramento do tema

O envelhecimento dos produtores agrícolas e o despovoamento rural são, reconhecidamente, um problema em Portugal e também na Península Ibérica. Por exemplo, os produtores e produtoras agrícolas são dos mais envelhecidos da União Europeia (UE), (54,6 % têm 65 ou mais anos e apenas 3,7 % dos produtores/as têm menos de 40 anos). No âmbito deste projeto, não encontramos dados consolidados para as restantes tipologias de empreendedorismo rural, cada vez mais difusas e entrecruzadas entre si, constituindo um mosaico difícil de delimitar.

Sabemos que, perante os desafios que temos e aquilo que aprendemos, podemos aportar alguns dados, testemunhos e ideias para relançar um debate que importa fazer em torno do modo como poderemos revitalizar o meio rural, em Portugal – designadamente, mas não só, através do empreendedorismo jovem já existente.

O JOBToc pretendeu aprofundar estes temas e contribuir para reforçar um debate nacional sobre a fixação dos e das jovens em territórios rurais, sobre o presente e o futuro do “Rural” em Portugal e sobre a transmutação desde o agrícola aos múltiplos rurais e rurbanos que se constituem na atualidade.¹, num processo já referenciado em 2014 de forma consistente por Cordovil e Rolo ou, noutra perspetiva, no início do século, por João Ferrão, em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística (INE)².

O projeto JOBToc desenvolveu-se num tempo estranho, num contexto de pandemia. Neste panorama, os territórios rurais ganham novos significados, embora não tenha sido objetivo inicial do projeto avaliar os seus impactos.

“Portugal tem uma forte componente rural, sendo que 79,0% do seu território nacional é relativo a Áreas Predominantemente Rurais (APR), em contraste com 6,4% relativos às Áreas Predominantemente Urbanas (APU) (EC, 2018).”

Sabendo que o mundo rural vai mais além que a Agricultura, esta mantém uma forte influência nas dinâmicas territoriais e sociais. Apesar da perda de domínio na superfície rural, associada às mudanças relativas à diversidade de atividades agrícolas nos últimos anos, assim como das unidades agrícolas e dos tipos de agricultores e agricultoras (agentes que moldam os territórios), a “exploração agrícola” ainda se destaca como fator vital no controlo da extensão territorial do Continente, devendo ter um papel de destaque ao nível do ordenamento do território (Rolo e Cordovil, 2014).»

UMA BREVE HISTÓRIA DE POLÍTICAS PARA O ESPAÇO RURAL

A evolução recente do espaço rural em Portugal está intimamente ligada a um processo de concentração das populações em contextos urbanos e às lógicas e políticas de desenvolvimento

1 A este propósito, sugere-se a exploração do trabalho de Joaquim Cabral Rolo e Francisco Cordovil, ANIMAR, 2014, «Rural, Agrícoltas e Políticas», disponível em https://www.iniav.pt/images/publicacoes/livros-manuais/rural_agricultura_politicas.pdf

2 João Ferrão, 2002, «Portugal – Três geografias em recombinação», acessível em <https://pt.scribd.com/document/321370921/Joao-Ferrao-Portugal-tres-geografias-em-recombinacao-2002-pdf>

agrícola e rural europeias desde o momento em que Portugal se integrou na antiga Comunidade Económica Europeia (CEE).

Tal como se refere no documento final do projeto AFAVEL³ «O primeiro grande passo no sentido de uma certa ‘europeização’ estratégica da agricultura foi dado no âmbito da criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1957 e da entrada em vigor do Tratado de Roma em 1958: uma conferência realizada em Stresa (Itália) lança, neste mesmo ano, as bases de uma Política Agrícola Comum (PAC).» É neste âmbito que, ainda hoje, se enquadra a base do instrumental político de desenvolvimento das atividades económicas em espaço rural.

A partir de 1988, com a reforma dos fundos estruturais da CEE / União Europeia (UE), após a adesão de Portugal e Espanha (em 1986 e sob os princípios da subsidiariedade, programação, concentração, adicionalidade e parceria) várias condições se reúnem» para uma nova forma de encarar a agricultura e o desenvolvimento rural em Portugal.

Ou seja, abre-se, neste período, uma nova etapa no desenho de políticas com impacto nos espaços rurais, olhando-se de uma forma mais integrada, reconhecendo as suas múltiplas diversidades territoriais.

Ao nível europeu e nacional, entra-se numa fase em que se visa a Coesão Territorial, não desvalorizando, todavia, as anteriores orientações da PAC para o suporte à produção, aos preços e aos mercados.

Tal como refere Moreno, no relatório final do projeto AFAVEL, já referenciado, «Esta realidade foi convergente com o sentido do relatório da Comissão Europeia “O Futuro do Mundo Rural”, quando nele é proposto que o desenvolvimento rural se transforme num dos objetivos prioritários para a intervenção dos fundos estruturais, envolvendo melhoria dos rendimentos dos agricultores através do aumento da pluriatividade, após uma fase essencialmente centrada no desenvolvimento agrícola, (...) as preocupações fundamentais presentes no documento eram: 1) coesão económica e social, face à grande diversidade regional da UE; 2) o inevitável ajustamento da agricultura europeia ao mercado e os seus efeitos, tanto no setor agrícola como no conjunto da economia rural; 3) a proteção do ambiente e a preservação do património natural.»

Como se refere no trabalho coordenado por Moreno, «Conforme Dax (2014), “esta ‘nova era’ de Política de Coesão coincidiu com a aceitação de uma perspetiva consideravelmente mais ampla dos objetivos da agricultura no que diz respeito à dimensão territorial, abordando em particular o seu papel na multifuncionalidade, na sustentabilidade e na salvaguarda da qualidade ambiental” (idem: 39, com nossa tradução livre).»

É também no quadro da CEE/UE que se desenvolve um outro conjunto de instrumentos experimentais com formas inovadoras de intervenção local, os Programas LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), LEADER I (1991-93), LEADER II (1994-99) e LEADER+ (2000-2006) que abrem uma outra perspetiva de intervenção sobre os espaços e o empreendedorismo rurais. De acordo com os autores já referenciados, «Este processo envolveu uma aposta na comunicação e cooperação entre atores e instituições, a diferentes níveis, implicando novas formas de governança e transferências de saberes mais ou menos especializados e sua aplicação na reestruturação económica e na qualidade de vida ao nível local (Moreno, 2007; 2013). (...) Definida uma Agenda Territorial neste ano de 2007 e o “Livro Verde sobre a Coesão Territorial” em 2008 (revelando a importância das áreas rurais), reforçam-se caminhos que levaram à Agenda Territorial 2020 da UE em 2011 (e à Agenda Territorial 2030, sob o lema ‘Um futuro para todos os lugares’, em 2020) e a instrumentos e mecanismos de abordagem territorial como o “Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)” que deu continuidade à abordagem

³ Moreno, L. (Coord.), et al. (2022). Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável em contexto de Alterações Climáticas: perspetivas e um diagnóstico ‘FAVEL’ em Portugal Continental. Lisboa: Animar.

LEADER, não só no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Rural no período 2014-2020, mas também a outros com incidência em regiões costeiras e em áreas urbanas.»

Ou seja, o programa (ou Iniciativa Comunitária, estatuto que possuía efetivamente no quadro da UE) LEADER representou uma segunda etapa das políticas de desenvolvimento rurais e promoveu uma transformação nas abordagens e nas condições de desenvolvimento do espaço rural, criando um ambiente diferente para a emergência de um conjunto de novos temas para além da Coesão Territorial, como sejam a Sustentabilidade, a Preservação da Natureza e das Identidades Territoriais, a Valorização dos Territórios e, mais recentemente, a Gestão dos ecossistemas e dos Serviços de Ecossistema como instrumentos de regulamentação e financiamento disponíveis para os empreendedores em Portugal. Contribuiu-se, assim, para a emergência de uma nova fase de políticas que se caracterizam por uma maior integração e complexidade, muito para além da PAC (convencional) e da Agricultura como o principal foco do desenvolvimento do empreendedorismo rural. É também neste contexto que surge o conceito e a abordagem do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (em 2012-2014) como uma das formas mais relevantes de governança territorial.

Na sequência de negociações, iniciadas em 2017, estabelece-se a Reforma da PAC, em junho de 2021, dando origem aos Planos Estratégicos da PAC (PEPAC), que deverá ser assumida em toda a EU a partir de 2023.

Neste contexto, os apoios à instalação de jovens agricultores/as para o período 2020-2027 preveem a dotação de €45M anuais até 2027, para a renovação geracional na agricultura em Portugal⁴. Com esta programação, a nova PAC procura atrair jovens para a agricultura. A renovação geracional é assumida como um dos objetivos estratégicos da Política Agrícola Comum (PAC)⁵ europeia. Este objetivo de renovação geracional é também reforçado na Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 – publicada como Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro de 2020. De acordo com o Plano Financeiro do Plano Estratégico da PAC em Portugal, serão investidos 225 milhões de euros entre 2023 e 2027 para a instalação de jovens agricultores. Desse bolo, 150 milhões são dedicados ao investimento agrícola associado à instalação e 75 milhões são destinados ao Prémio de Instalação. O que se perspetiva é que a renovação do tecido agrícola e o estabelecimento de jovens na agricultura contribuirá para trazer novas práticas de gestão à atividade, como novas competências, mais empreendedorismo e mais inovação. Com esta regulamentação, pretende-se: aumentar a produtividade da exploração e os padrões de desenvolvimento agroambiental, apostando em áreas como o apoio à organização/gestão, à formação e à interligação com outras atividades não agrícolas, mas complementares. Tudo isto deverá enquadrar-se numa perspetiva de regeneração e valorização dos ecossistemas, com destaque para o desenvolvimento da bio economia, da economia circular e da silvicultura sustentável. Este programa é enquadrado em termos regulamentares pela Portaria n.º 107/2015, de 13 de abril, na sua redação atual e pelo artigo 58.º-A do Regulamento (UE) n.º 1305/2013, na redação introduzida pelo Regulamento (UE) n.º 2020/2220, que define como objetivos:

- Melhorar as condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores e agricultoras;
- Contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas do setor agrícola;
- Aumentar a segurança dos operadores de máquinas agrícolas e melhorar a eficiência energética dos equipamentos.

Este enquadramento decorre da vontade de encontrar respostas pragmáticas aos novos desafios da agricultura e dinâmicas sociais do mundo rural, tendo em conta que a agricultura

4 <https://revistabusinessportugal.pt/apoios-de-e45m-anuais-ate-2027-para-a-renovacao-geracional-na-agricultura-em-portugal/>

5 <https://www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-plano-estrategico-da-pac-2023-2027>

pode assumir um papel preponderante nos desafios do interior, sendo central na articulação intersectorial com a agroindústria, o turismo, a produção regional, a restauração, a gastronomia, e a sustentabilidade.

UM OUTRO OLHAR DA EUROPA – A VISÃO DE LONGO PRAZO PARA OS ESPAÇOS RURAIS

O papel e o futuro do mundo rural é um debate que está na ordem do dia, na Europa, no campo científico e político. Buscam-se estratégias de desenvolvimento, participado, perante novos cenários. Desenha-se uma nova Visão, um Pacto Rural e um Plano de Ação⁶ para o mundo rural.

Nas palavras de Elisa Ferreira, Comissária Europeia para a Coesão e Reformas: «*Embora todos enfrentemos os mesmos desafios, os nossos territórios dispõem de meios, pontos fortes e capacidades diversas para os enfrentar. As nossas políticas têm de ser sensíveis às especificidades de cada região. A União democrática e coesa que queremos tem de ser construída mais perto dos cidadãos e do território, a diversos níveis de governação.*

A Visão a Longo Prazo para as Zonas Rurais exige soluções concebidas para as necessidades e recursos específicos dessas zonas, em cuja definição participem as autoridades regionais e locais e as comunidades locais. As zonas rurais têm de ser capazes de prestar os serviços de base à sua população e de tirar partido dos seus pontos fortes para se tornarem esteios de desenvolvimento económico. Todos estes objetivos estão no cerne da nova política de coesão para 2021-2027.»⁷

Esta Visão deve concretizar-se através de um Plano de Ação para gerar espaços rurais mais fortes, mais prósperos, mais conectados e mais resilientes.

Na UE, a Visão e o Plano de Ação identificam quatro áreas de ação para capacitar as zonas rurais e torná-las:

MAIS FORTES – com foco no fortalecimento das comunidades rurais, melhorando o acesso aos serviços e facilitando a inovação social. Em relação à sustentabilidade: Melhoria das Capacidades Económicas (agrícolas e não agrícolas); Melhoria das Capacidades Humanas (formação e capacitação sobre a realidade rural); Melhoria das Capacidades de Proteção (meio ambiente, modelos de negócios realistas...); Melhoria das Capacidades Políticas (formulação de políticas).⁸

MAIS CONECTADAS – para melhorar a conectividade tanto em termos de transporte quanto de acesso digital. As velocidades médias de banda larga são normalmente mais baixas nas áreas rurais do que nas urbanas. Por exemplo, apenas 59% dos agregados familiares nas regiões rurais têm acesso a banda larga de acesso de última geração (NGA) (> 30 Mbps), em comparação com 87% dos agregados familiares no resto da UE. (Euroactive, 2021). O transporte público, frequentemente, carece de adaptabilidade, aumentando a dependência do transporte próprio/ individual. As redes das transportadoras também apresentam deficiências significativas na cobertura do território.

MAIS PRÓSPERAS – diversificando as atividades económicas e melhorando o valor associado à agricultura e às atividades agroalimentares e ao agroturismo. A falta de acesso a infraestruturas e a serviços públicos de qualidade são alguns dos fatores que contribuiriam para a menor atratividade das áreas rurais como locais de residência e de trabalho, nos últimos anos. A

⁶ https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/new-push-european-democracy/long-term-vision-rural-areas_en#documents

⁷ https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/newsroom/news/2021/06/30-06-2021-long-term-vision-for-rural-areas-for-stronger-connected-resilient-prosperous-eu-rural-areas

implantação efetiva das infraestruturas digitais e das atividades potenciadas por elas continua desafiante. A capacidade de renovação rural (como fator de caracterização da prosperidade no meio rural) revela grandes e continuadas diferenças entre os países (Kinsella et al, 2021).

MAIS RESILIENTES⁹ – preservando os recursos naturais e tornando as atividades agrícolas mais verdes para combater as mudanças climáticas e garantir a resiliência social (formação, oportunidades de emprego). Considera-se que as comunidades rurais resilientes são aquelas que têm poder, estão conectadas, são coesas, têm recursos e são capazes de enfrentar mudanças constantes, desenvolvendo novos meios de responder aos desafios e choques (JHINstitute, s.d.). Assim sendo, a resiliência rural estará associada, pelo menos, a duas dimensões: (1) especialização regional e alinhada com o desenvolvimento de clusters regionais; e (2) a capacidade regional de transformação. A resiliência rural é moldada dentro do contexto de possibilidades e restrições sociais, económicas e ambientais (biofísicas).

Trata-se, afinal, de olhar os territórios rurais como espaços de oportunidades para redesenhar os sistemas naturais (cada vez mais artificializados) a vida, as vivências, as comunidades, para enfrentar os desafios (e ameaças) globais com os recursos locais, já não apenas numa perspetiva de garantia de recursos – nomeadamente alimentares – mas, cada vez mais, com um olhar focado na regeneração integrada de ecossistemas humanos, para garantir um bem-estar às populações que lá residem ou que se quer atrair para contrariar o processo progressivo de despovoamento de vastas áreas com carácter rural.

Mas, da mesma forma, é importante considerar que a agricultura, a pecuária e a silvicultura, bem como a floresta pouco cuidada ou natural e os baldios, são atividades e espaços que marcam e definem a paisagem e as práticas de fruição do espaço rural.

Convém recordar que, apesar do despovoamento e do abandono dos espaços rurais, a atividade agrícola persiste e estrutura as vivências do mundo rural, principalmente dos territórios com mais baixa densidade.

Ou seja, em certa medida, pensar o futuro do desenvolvimento (e regeneração ou revitalização) dos espaços rurais também passa por analisar e trabalhar a questão dos empresários agrícolas, do empreendedorismo rural e agrícola, dos jovens empreendedores e empreendedoras, da agricultura familiar e, naturalmente, os seus enquadramentos legais e apoios institucionais.

Mas pensar o desenvolvimento rural é um exercício complexo que, tal como salientou Ana Ventura no seminário final JOBToc, «é um processo com três dimensões: (1) Multinível: com uma grande diversidade de políticas e instituições; com uma relação complexa entre agricultura e sociedade; com a produção de bens públicos; com uma forte integração das interações entre a agricultura e outras atividades; e com base numa combinação territorial destas atividades. (2) Multi-actor: com interações diversas entre os/as agricultores/as os demais atores rurais e as políticas de desenvolvimento rural destinadas a gerar novos vínculos entre o “local” e o “global”; (3) Multidimensional: com práticas muito diferentes; com elevada interconexão entre atividades; com novos modelos nas relações entre agricultura, agricultores/as e a população urbana e num contexto dinâmico de Políticas de Apoio ao Desenvolvimento Rural e Agropecuário».

De qualquer forma, no seu entender, pensar o rural implica aprofundar a importância dos atores agrários e das atividades agropecuárias existentes, e compreender as suas origens, alguns processos históricos, a ambiência familiar das pessoas empreendedoras e empresárias, as suas culturas, as suas convicções e visões, as suas perspetivas e os seus recursos.

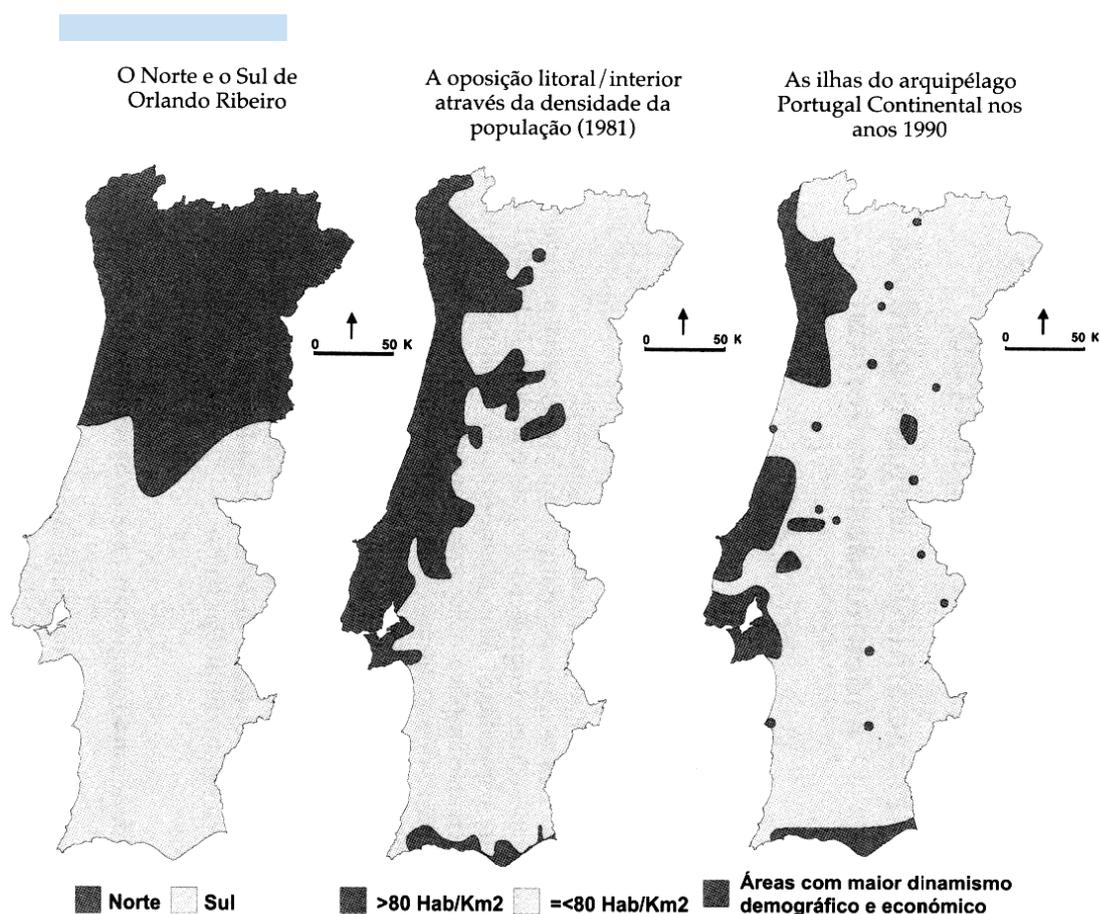
9 «O que é a resiliência? – a capacidade de um sistema de absorver mudanças e perturbações; coloca o foco na manutenção do status quo e da estabilidade do sistema em apreço. (Hernández, 2019)»

Só no quadro de um entendimento profundo desta realidade agrária e agrícola é que poderemos encontrar o espaço de visionamento futuro numa abordagem pragmática, mas, ao mesmo tempo, limitadora.

Pelo que, neste contexto, partiremos da análise da realidade portuguesa neste enquadramento, tendo como pano de fundo a abordagem europeia e o contexto global, para, depois, abordarmos os desafios (diversos), as dúvidas e as questões emergentes que poderão inspirar, informar, condicionar as políticas públicas de desenvolvimento e revitalização ou regeneração dos espaços rurais.

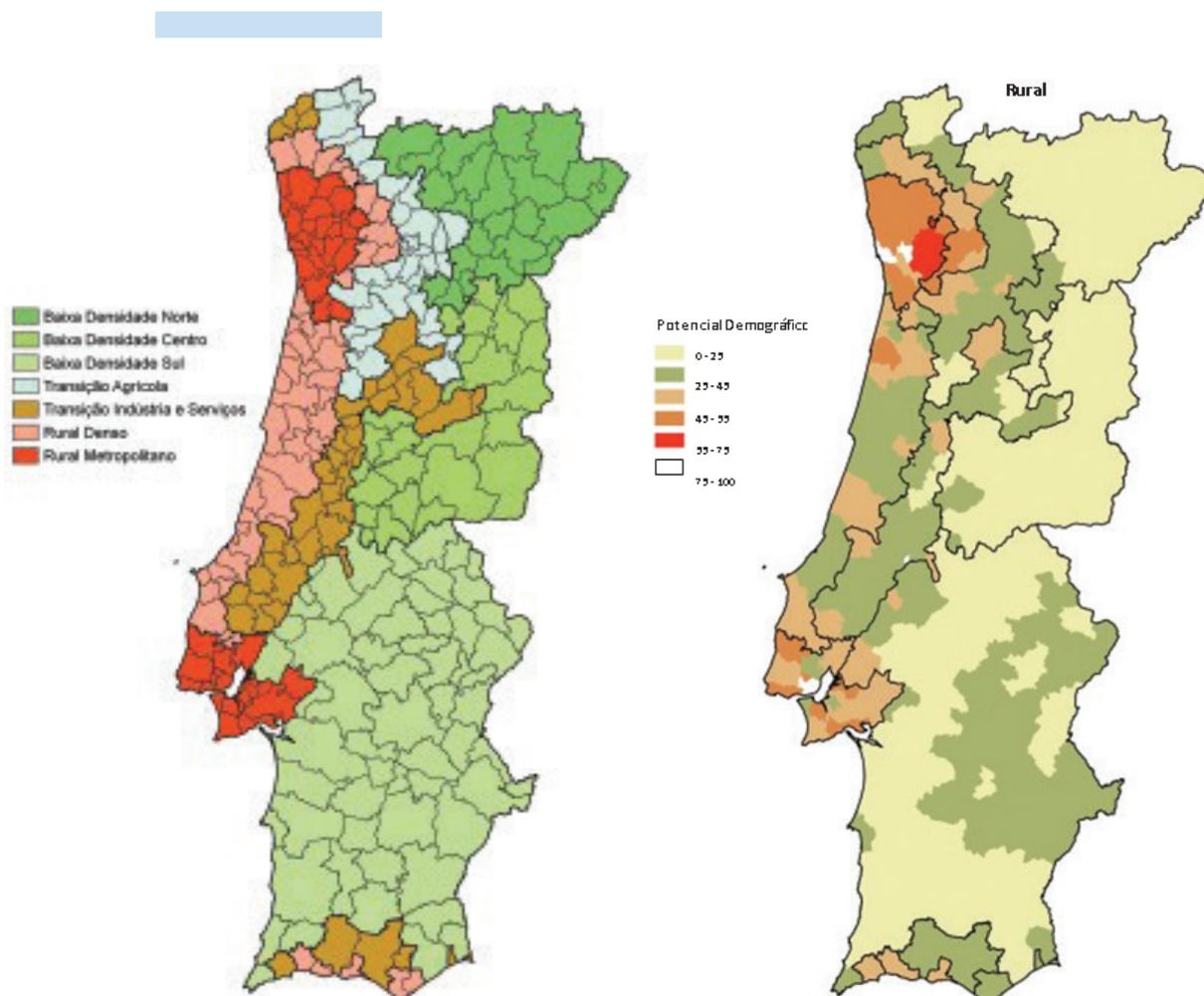
OS DIVERSOS ESPAÇOS RURAIS

É evidente que não há um rural. Há vários, muitos, por vezes a escassos quilómetros de um urbano com alguma densidade. Residir ou investir a 2 km do Fundão não será o mesmo de o fazer em Arronches ou em Mortágua ou em Sernancelhe. A acessibilidade a serviços de apoio à família e às empresas será muito diferente. Do mesmo modo, estar nas imediações de Rio Maior ou de Odemira não corresponde a aceder a um mesmo espaço rural, a uma rede de contactos tão próxima. Mas esta diversidade não é exclusiva dos meios rurais. Nos meios urbanos, com outras nuances, ocorrem, por vezes, condições de dificuldade de acesso a estes serviços tão grandes ou maiores do que nos espaços rurais.



Portugal é um país pequeno e muito diverso. De acordo com João Ferrão¹⁰, podemos olhar para este pequeno território continental, ao qual se ligam por questões históricas, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, como um território onde ocorrem 3 oposições, que definem uma pluralidade de espaços rurais e urbanos. Num Portugal moderno, existe um Litoral que se opõe um Interior menos povoado e menos dinâmico do ponto de vista económico; a um espaço climaticamente Atlântico, a Norte, opõe-se um espaço mediterrânico, a Sul; a um espaço urbanizado – com especial papel para a articulação garantida pelas cidades médias integradas nas redes de conhecimento e de ensino superior – opõe-se um imenso mar de territórios despovoados e deprimidos. Ou seja, nestas cidades, que se expressam como se fossem um arquipélago de redes supraterritoriais, cada vez mais conectadas com o exterior, correspondem, nas suas proximidades, territórios deprimidos, desvalorizados, com baixa densidade populacional e, muitas vezes, com baixa atividade económica.

Na figura abaixo poderemos ver as propostas de João Ferrão para um outro olhar sobre Portugal Continental (3 geografias em recombinação, Ferrão 2002).



10 João Ferrão, 2002, «Portugal – Três geografias em recombinação», acessível em <https://pt.scribd.com/document/321370921/Joao-Ferrao-Portugal-tres-geografias-em-recombinacao-2002-pdf>

Nesta diversidade de espaços rurais, emergem novas configurações produtivas e sociais/societais, com diferentes composições.

Na perspetiva de Cordovil e Rolo¹¹, referindo-se às dinâmicas territoriais, num trabalho de 2014, com dados estatísticos referentes a 2011, identificam-se também 7 tipologias diferentes de territórios rurais.

Os autores definem a seguinte tipologia de espaços rurais, às quias correspondem diferentes potenciais demográficos e económicos:

1. Os três tipos de baixa densidade (Norte, Centro e Sul) apresentam níveis médios de densidade populacional e de integração urbana muito inferiores aos dos restantes quatro tipos de rural e do Continente;
2. Os seus índices de potencial demográfico e de capital humano são também muito baixos, em especial na baixa densidade norte e centro;
3. Face ao indicador % do primário na população ativa rural os valores mais altos ocorrem na baixa densidade norte (21%) e na baixa densidade sul (15%), situando-se o valor da baixa densidade centro num patamar inferior (9%) embora ainda superior à média do Continente (6%);
4. No polo oposto à baixa densidade situam-se o rural denso e o rural metropolitano, ambos com valores muito superiores à média em quatro dos cinco indicadores (densidade populacional e índices de integração urbana, de potencial demográfico e de capital humano) e inferiores à média no indicador % do primário na população ativa rural, cabendo sempre ao rural metropolitano, no quadro de proximidade dos dois tipos, os valores extremos;
5. A transição agrícola tem características semelhantes às dos tipos de baixa densidade, mas a sua densidade populacional é maior e apresenta, também, índices de potencial demográfico e de capital humano mais favoráveis, embora inferiores à média do Continente;
6. Por último, a transição indústria e serviços assemelha-se à transição agrícola nos valores de densidade populacional e dos índices de potencial demográfico e de capital humano, mas apresenta valores superiores no índice de integração urbana e valores nitidamente inferiores na % do primário na população ativa rural, sendo este último aspeto a justificação principal para as distintas qualificações destes dois tipos de rural de transição, respetivamente, como indústria e serviços e como agrícola.

De acordo com estes autores, entre 1981 e 2011, «o esvaziamento do rural em benefício do urbano decorreu em paralelo com uma muito expressiva intensificação das deslocações interconcelhias da população ativa e estudantil, embora com diferenças entre as unidades do rural. No transcurso dos anos 2000 a estrutura social da população modificou-se, mas persiste uma tendência pesada da sociedade portuguesa, com reflexos distintos nos tipos de rural e particularmente mais gravosa no rural do que no urbano: o decréscimo do capital humano em resultado da diminuição do potencial demográfico, a qual tem na sua origem, sobretudo, o declínio do peso relativo dos jovens e o aumento do da população mais idosa. Sobre a inserção das pessoas na atividade económica destaca-se a trajetória de diminuição do peso relativo da população ativa do setor primário, mais intensa no rural do que no urbano. Esta tendência só foi contrariada na baixa densidade do sul, onde a importância dos ativos no primário supera, hoje, o registo de 2001 no urbano e, ainda mais, no rural; a correspondente quebra do peso dos ativos na indústria, comércio e serviços é reveladora da insuficiência de alternativas de emprego fora do setor primário.»

(Fonte: Joaquim Cabral Rolo e Francisco Cordovil, ANIMAR, 2014, «Rural, Agriculturas e Políticas»)

11 Joaquim Cabral Rolo e Francisco Cordovil, ANIMAR, 2014, «Rural, Agriculturas e Políticas», disponível em https://www.inia.vpt/images/publicacoes/livros-manuais/rural_agricultura_politicas.pdf

O foco de observação JOBToC: os estatutos JER, JA e AF¹²

Pelo que se referiu anteriormente, o JOBToC baseou o seu trabalho na observação de 3 estatutos relevantes para o empreendedorismo agrário e rural.

Por um lado, explorando o estatuto de Jovem agricultor, definido como jovem que assume pela primeira vez a titularidade e a gestão de uma exploração agrícola, com idade compreendida entre os 18 e os 40 anos; ou as pessoas coletivas que revistam a forma de sociedade por quotas e com atividade agrícola no objeto social, cujos sócios-gerentes que detenham a maioria do capital sejam jovens agricultores e agricultoras, e cada um deles e delas detenha uma participação superior a 25% do capital social.

Este é um estatuto transposto da regulamentação da CEE e reconhecido em Portugal desde 1987, que tem servido de referência para o desenvolvimento de vários programas de apoio e incentivo à instalação de jovens em espaço rural, no âmbito de vários programas e iniciativas nacionais e europeias como a PAC, o LEADER e o PDR, perpetuando-se ainda no quadro atual, consubstanciado por diversas portarias publicadas até 2018, pretendendo:

- Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas;
- Aumentar a atratividade do setor agrícola aos Jovens, promovendo o investimento, o apoio à aquisição de conhecimentos e a participação no mercado.

Explorando também o estatuto do Jovem Empresário Rural, Regulamentado pela Portaria 143/2019, 14 de maio, que regulamenta o procedimento relativo à atribuição do título de reconhecimento do estatuto de «Jovem Empresário Rural» (JER) e define as zonas rurais suscetíveis de receberem apoio no âmbito da atribuição deste estatuto. Assim, define-se como Jovem Empresário/a Rural: a pessoa que exerça ou pretenda iniciar o exercício de atividade económica numa zona rural (residência e sede da empresa em freguesia/concelho rurais). Além disso, que reúna um conjunto de requisitos, nomeadamente ter idade compreendida entre os 18 e os 40 anos, inclusive. Realce-se que o título de reconhecimento de JER é atribuído pela DGADR, com uma validade de 3 anos.

Este estatuto tem o objetivo de atribuir um carácter distintivo ao empreendedorismo no mundo rural, diversificar a base económica regional, potenciar a criação de emprego e a fixação de jovens empreendedores nas zonas rurais, articulando ações entre as diferentes entidades da Administração Pública e da sociedade em geral, num encontro de vontades mobilizador dos agentes presentes nesses territórios.

12 JER – Jovem Empresário Rural; JA – Jovem Agricultor; AF – Agricultura Familiar

A atribuição do título de reconhecimento de JER permite o acesso a medidas de discriminação positiva, medidas de carácter facilitador e outras iniciativas específicas, disponibilizadas pelos vários instrumentos de política de apoio, cujas entidades gestoras de programas ou iniciativas de apoio, nacionais ou da União Europeia, devem integrar e promover, de acordo com os respetivos regulamentos e dotações financeiras, divulgando as medidas destinadas aos detentores do título de reconhecimento de JER.

Este estatuto tem como objetivos:

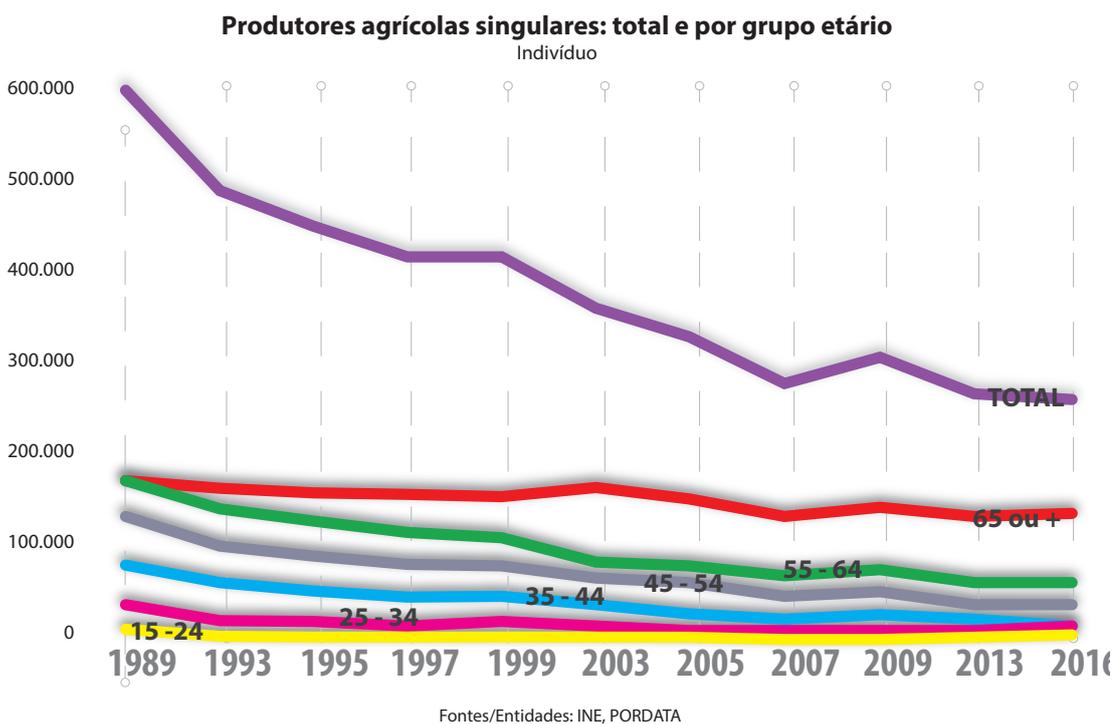
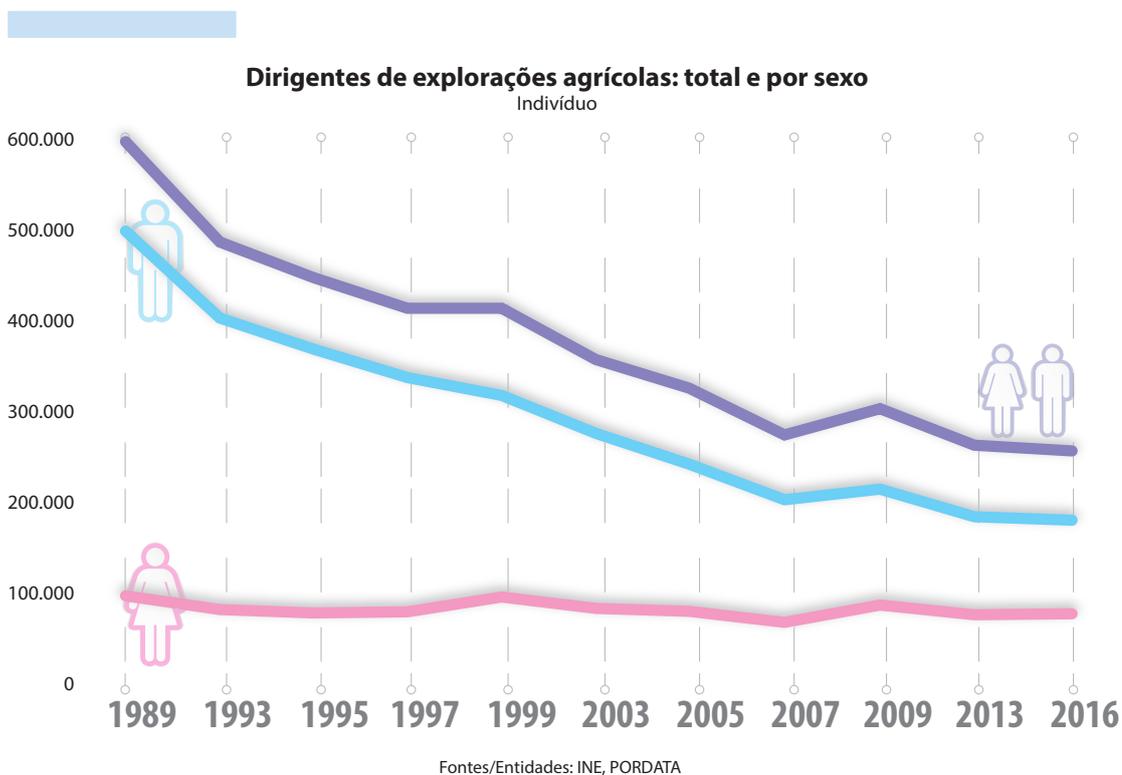
- a) Promover a instalação e fixação de jovens empreendedores/as nas zonas rurais visando a sua dinamização económica e demográfica e a criação de emprego;
- b) Contribuir para a diversificação da base económica regional, promovendo a inovação, a criação de novas empresas e de investimentos nas zonas rurais;
- c) Valorizar e qualificar os recursos endógenos, apostando na imagem, na inserção em novos circuitos comerciais e na exploração de atividades inovadoras e ambientalmente sustentáveis.

E, por fim, explorando também o estatuto definido pelo Decreto-Lei 64/2018 de Agricultura Familiar como aquele que é requerido por titular de exploração agrícola, pessoa singular ou coletiva de direito privado em que o capital social seja detido em mais de 50% por sócios familiares entre si e que participem na atividade da exploração de forma regular. Este decreto distingue a especificidade da Agricultura Familiar nas suas diversas dimensões, criando um estatuto que a reconheça e valorize através de adoção de medidas de apoio específicas, a aplicar preferencialmente ao nível local, para atender à diversidade de estruturas e de realidades agrárias, bem como aos constrangimentos e potencial de desenvolvimento de cada território. Tem como objetivos:

- a) Reconhecer e distinguir a especificidade da Agricultura Familiar nas suas diversas dimensões: económica, territorial, social e ambiental;
- b) Promover políticas públicas adequadas para este extrato socioprofissional;
- c) Promover e valorizar a produção local e melhorar os respetivos circuitos de comercialização;
- d) Promover uma agricultura sustentável, incentivando a melhoria dos sistemas e métodos de produção;
- e) Contribuir para contrariar a desertificação dos territórios do interior;
- f) Conferir à Agricultura Familiar um valor estratégico, a ter em conta, designadamente nas prioridades das políticas agrícolas nacional e europeia;
- g) Promover maior equidade na concessão de incentivos e condições de produção às explorações agrícolas familiares

CONSTATAÇÕES SOBRE A REALIDADE ANALISADA

No trabalho realizado, constataram-se alguns aspetos que confirmam outros estudos já realizados sobre esta realidade. Nas figuras seguintes, é exposta a evolução, respetivamente, do número de dirigentes de explorações agrícolas, total e por sexo, e do número de produtores agrícolas singulares, total e por grupo etário, entre 1989 e 2016 (Fonte: INE, PORDATA)



Nestas figuras, fica evidente a diminuição progressiva e consistente dos empreendedores e empreendedoras agrícolas, uma tendência confirmada em todo o território nacional, com maior predominância a Sul do que no Norte e Centro.

Em certa medida, esta realidade poderá explicar a composição da amostra dos inquéritos individuais realizados no âmbito deste projeto. De facto, o inquérito «*Perceções dos Jovens Agricultores e Empresários Rurais no Investimento em Território Rural*», trabalho realizado por Fátima Alves, Sheila Holz, Inês Pacheco, Claudina Martins, Paulo Costa e Paula Castro, apesar dos seus limites, permitiu, em certa medida, proceder a uma descrição dos empreendedores e empreendedoras rurais. Neste processo, foram considerados 83 inquéritos, uma amostra maioritariamente masculina (72%). O grupo dos 18 aos 30 anos representa 6%. O grupo dos 31-40 representa 28%. Por outro lado, o grupo dos 41 aos 50 anos representa 35% e os maiores de 51 anos contabilizam 28%. A distribuição da amostra a nível nacional através das NUT II possui inquiridos/as a residir no Centro (48%) e no Norte (31%). À região do Alentejo correspondem 14% das respostas, seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve com 3%. A Região Autónoma dos Açores representa apenas 1% dos inquiridos e inquiridas. Destacam-se as seguintes constatações, que fazem parte integrante do relatório de projeto¹³:

- ▶ A amostra caracteriza-se por ser maioritariamente masculina, entre os 21 e os 50 anos, com um nível de educação formal superior ao ensino secundário.
- ▶ A maioria das pessoas inquiridas reside e tem a sua exploração, quer no Centro, quer no Norte de Portugal, numa área suscetível à desertificação e/ou despovoamento.
- ▶ As principais motivações para a fixação numa área suscetível à desertificação e/ou despovoamento aparentam ser a proximidade à família e ao património familiar, a facilidade de acesso à terra e a qualidade de vida que esta localização oferece.
- ▶ Quanto mais elevada a faixa etária a que a pessoa inquirida pertence, maior probabilidade existe de a sua exploração ter mais de uma década.
- ▶ Pessoas inquiridas em diferentes faixas etárias, possuem opiniões díspares sobre os incentivos para a fixação em áreas desertificadas e/ou despovoadas. Aqueles entre 18-30 priorizam o apoio das autarquias, a necessidade de melhores/mais infraestruturas e as oportunidades para o estabelecimento de famílias (escolas para crianças/jovens, centro de saúde, entre outros).
- ▶ As pessoas inquiridas com mais de 51 anos referem como principais incentivos, o acesso a consultoria técnica, apoios financeiros, políticas habitacionais, entre outras.
- ▶ A maioria das pessoas inquiridas nunca usufruiu de apoios dirigidos para as áreas desertificadas e/ou despovoadas.
- ▶ A percentagem das pessoas inquiridas que receberam apoios para áreas desertificadas e /ou despovoadas, é maior quando estes possuem a residência e exploração num destes territórios geográficos.
- ▶ O estatuto “Produtor/a agrícola/animal” é o estatuto que apresenta uma maior percentagem de inquiridos/as com menores níveis de educação formal.
- ▶ Os estatutos “Agricultura Familiar” e “Outros”, não apresentam nenhuma pessoa inquirida do sexo feminino.
- ▶ O género feminino é aquele que apresenta mais dificuldades em escolher/saber qual o melhor estatuto perante a sua condição.

13 Refira-se que estas constatações devem ser lidas como aproximações (confirmando outros trabalhos realizados anteriormente por diversos autores e consonantes com a exploração realizada pelo projeto AFAVEL, contemporâneo com este, focado especificamente sobre a Agricultura Familiar numa abordagem integradora com as questões da Sustentabilidade e das Alterações Climáticas).

- ▶ O estatuto de Agricultura Familiar referiu como principais benefícios da aquisição do estatuto: a facilidade no âmbito do programa PDR, o regime específico de contratação pública para fornecer bens agroalimentares e ainda a nova linha de crédito a que têm acesso.
- ▶ A maioria das pessoas inquiridas com estatuto Jovem Agricultor/a são reconhecidas a título individual.
- ▶ No início de atividade, mais de metade de Jovens Agricultores/as não possuíam nenhuma formação agrícola adequada.
- ▶ Uma grande parte dos/as Jovens Agricultores/as que possuíam formação agrícola, à data de início de atividade, frequentaram ensino superior na área agrícola.
- ▶ Uma grande maioria dos e das Jovens Agricultores/as adquiriram/encontram-se a adquirir uma formação agrícola (na área do investimento).
- ▶ A maioria dos/as Jovens Agricultores/as não possui regime de exclusividade.
- ▶ Mais de três quartos dos/as Jovens Agricultores/as referiram não conseguir iniciar a atividade agrícola, sem o valor recebido da instalação inicial.
- ▶ Mais de metade das pessoas inquiridas com estatuto Jovem Empresário/a Rural é reconhecida a título individual.
- ▶ Os/As Jovens Empresários/as Rurais que são reconhecidos/as como pessoas coletivas, são quase na sua totalidade, Pequenas Empresas.
- ▶ Um terço das pessoas inquiridas com estatuto Jovem Empresário/a Rural referiram não obter nenhum benefício pela aquisição do estatuto.
- ▶ Dois terços das pessoas inquiridas com estatuto Jovem Empresário/a Rural referiram que o único benefício derivado da aquisição do estatuto, foi obter prioridade na seleção e na conseqüente hierarquização de candidaturas.
- ▶ Mais de três quartos das pessoas inquiridas necessitaram de auxílio para solicitar o seu pedido de estatuto.
- ▶ Três quartos das pessoas inquiridas referiram que a DRAP, Direção Regional de Agricultura e Pescas, não prestou esclarecimentos e respostas aos seus pedidos de auxílio.
- ▶ Um terço das pessoas inquiridas que não pediram auxílio para solicitar o seu pedido de estatuto, não o fizeram, pois não sabiam a quem recorrer.
- ▶ Metade das pessoas inquiridas que recorreram ao programa PDR, tinham como objetivo o investimento na exploração agrícola.
- ▶ Mais de metade dos apoios do programa PDR foi aplicada em despesas gerais como: projetos de arquitetura/engenharia, eficiência energética e energia renováveis, planos de marketing entre outros.
- ▶ A maioria das empresas/explorações das pessoas inquiridas dedica-se à agricultura e à agricultura biológica.
- ▶ Segundo as pessoas inquiridas, a maioria dos produtos é comercializada e absorvida pelo mercado interno português, em especial pelo mercado local.
- ▶ Três quartos das pessoas inquiridas não utilizam as plataformas digitais para a comercialização dos seus produtos.
- ▶ Para os produtores e produtoras as maiores dificuldades na comercialização dos produtos recai no baixo valor comercial dos mesmos.
- ▶ Durante a pandemia provocada pelo vírus SARS-COV2, a maioria das pessoas inquiridas manteve a mesma forma de comercialização.
- ▶ As funções produtor/a agrícola ou gestor/a da exploração/empresa são as principais atividades executadas pelas pessoas inquiridas.
- ▶ Mais de metade das pessoas inquiridas declarou que tinha outra atividade profissional que se sobreponha ao trabalho na exploração/empresa.

- ▶ O género feminino tem mais atividades (nomeadamente tarefas domésticas, apoio a atividades escolares e cuidar de descendentes) que se sobrepõem ao seu trabalho na exploração/empresa.
- ▶ Mais de um terço das pessoas inquiridas pensa que a atividade agrícola é pouco valorizada em Portugal.
- ▶ De forma geral, os nossos inquiridos e inquiridas demonstram possuir explorações onde apenas trabalha o próprio e familiares.
- ▶ Mais de metade das pessoas inquiridas não eram agricultores/as quando iniciaram a sua atividade agrícola.
- ▶ Nenhuma pessoa inquirida, “Jovem Empresário/a Rural”, era agricultor/a ativo ou ativa antes de iniciar a atividade.
- ▶ São os inquiridos e inquiridas que pertencem a uma faixa etária mais jovem, aqueles e aquelas que mais trabalham “Por conta de outrem”.
- ▶ Mais de metade dos/as inquiridos/as não possui terras próprias, sendo estas herdadas ou arrendadas.
- ▶ As atividades que as pessoas inquiridas referiram, para receberem mais incentivos, são “Produção Biológica” e “Comercialização no mercado nacional”.
- ▶ Cerca de um terço das pessoas inquiridas refere que existem atividades que referem demasiados apoios.
- ▶ Mais de metade das pessoas inquiridas não possui um crédito bancário.
- ▶ Metade da amostra em estudo participa em associações e/ou outras atividades.
- ▶ Todas as pessoas com estatuto “Jovem Empresário/a Rural” exercem um cargo de dirigente numa associação/entidade.
- ▶ Quanto maior o nível de escolaridade da nossa amostra, maior a presença de indivíduos em associações e/ou atividades.
- ▶ Metade das pessoas inquiridas do género feminino discorda, parcial ou totalmente, que os apoios PDR demonstrem sensibilidade para as questões de género.

8

Exemplos de empreendedorismo e inovação em meio rural

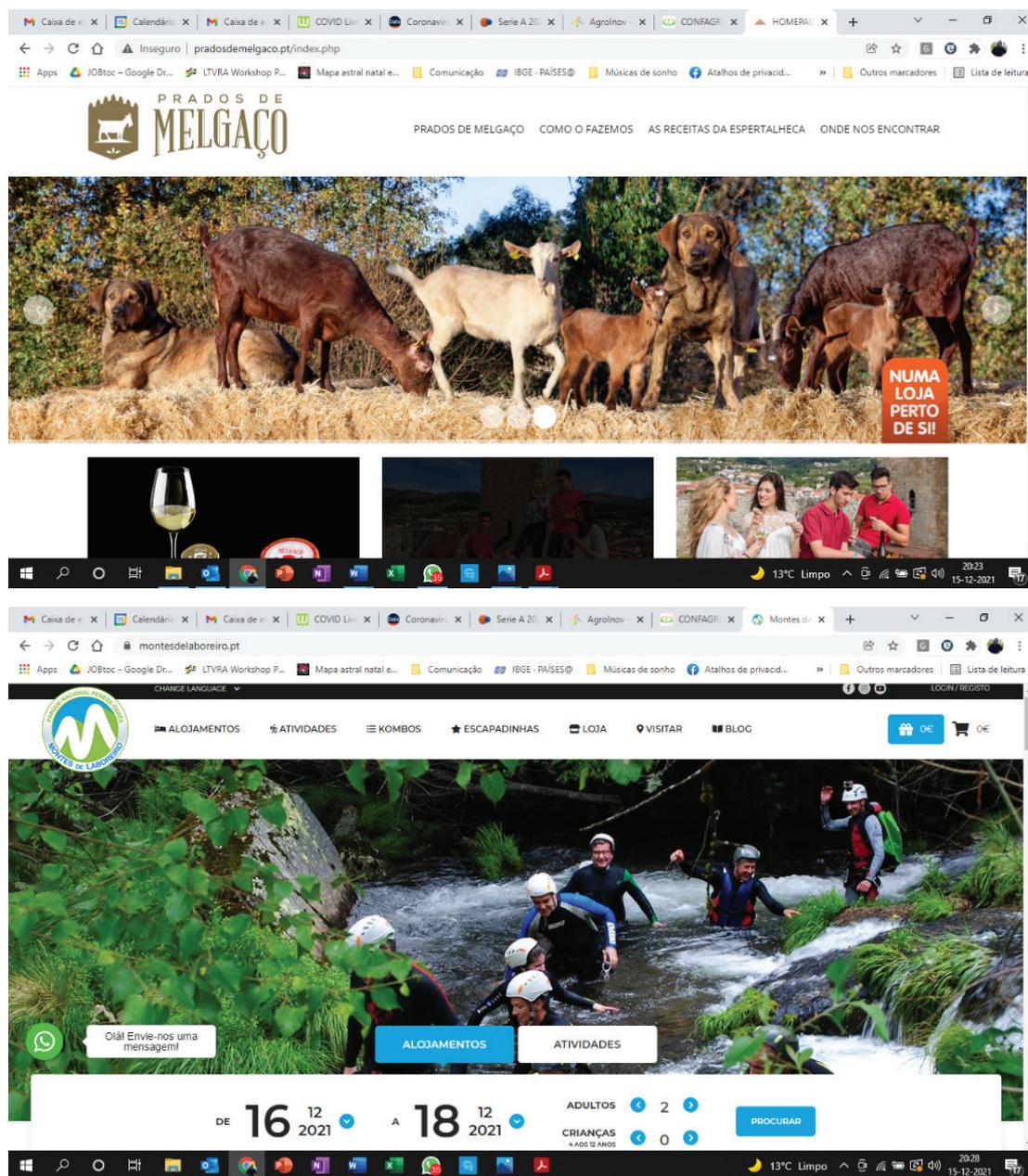
De acordo com o que escreve Maria João Parreira, em Modelos de Negócios, perfis JER, Recomendações para a Transição Digital E Criação de Bolsa de Ideias – Propostas e Reflexões adaptadas às potencialidades do estatuto Jovem Empresário Rural (JER) – (texto produzido no âmbito deste projeto, em julho de 2021), «o conceito de inovação rural pode ser compreendido como a introdução de algo novo, relevante e útil para a vida económica e social nas áreas rurais, que acrescenta um “valor compartilhado” para a comunidade rural, e não só a nível individual, com fins lucrativos ou não lucrativos, isto é, cujo foco não se resume à dimensão financeira e tem uma visão estratégica de longo prazo.

Geralmente, e fazendo a ponte com o conceito de desenvolvimento, este é muitas vezes associado ao desenvolvimento económico, sendo medido pelo Produto Interno Bruto (PIB). Mas, muitos autores têm debatido essa questão considerando essa visão redutora tendo em conta a complexidade dos desafios socioeconómicos e ambientais atuais, especialmente tendo em conta a finitude dos recursos naturais (da Rocha Salles, F. et al., 2017). Neste âmbito, a inovação, tanto ao nível das dinâmicas territoriais como do planeamento estratégico em cada contexto territorial, poderá alavancar um desenvolvimento sustentável, nas diferentes dimensões e não apenas com foco na dimensão económica. O JER poderá ser uma peça estratégica nesse sentido, sendo um empresário, mas ao mesmo tempo um empreendedor dinamizador de uma economia social e solidária, cujo foco, além do lucro, poderá estar na noção de valor partilhado muito além do valor financeiro, contribuindo para uma maior coesão territorial.»

Confirmando esta perspetiva, os exemplos de jovens empresários rurais como os que lideram o projeto Prados de Melgaço (<http://www.pradosdemelgaço.pt/index.php>) ou os Montes de Laboreiro (<https://montesdelaboreiro.pt/>), evidenciam que o micro empreendedorismo tem competências de inovação e pode representar um efetivo recurso de desenvolvimento e inovação socioterritorial.

No campo dos negócios com fins lucrativos, uma busca aberta na web, faz-nos chegar com facilidade a diversos programas e projetos de inovação rural, em diferentes áreas, mas, acima de tudo nos campos das atividades agrícolas, agrárias e turísticas. No campo dos negócios sociais, o mesmo tipo de pesquisa permite-nos constatar a mesma diversidade, sendo evidente, por exemplo a importância que os espaços rurais têm para o desenvolvimento de iniciativas inovadoras no campo do Portugal Inovação Social.

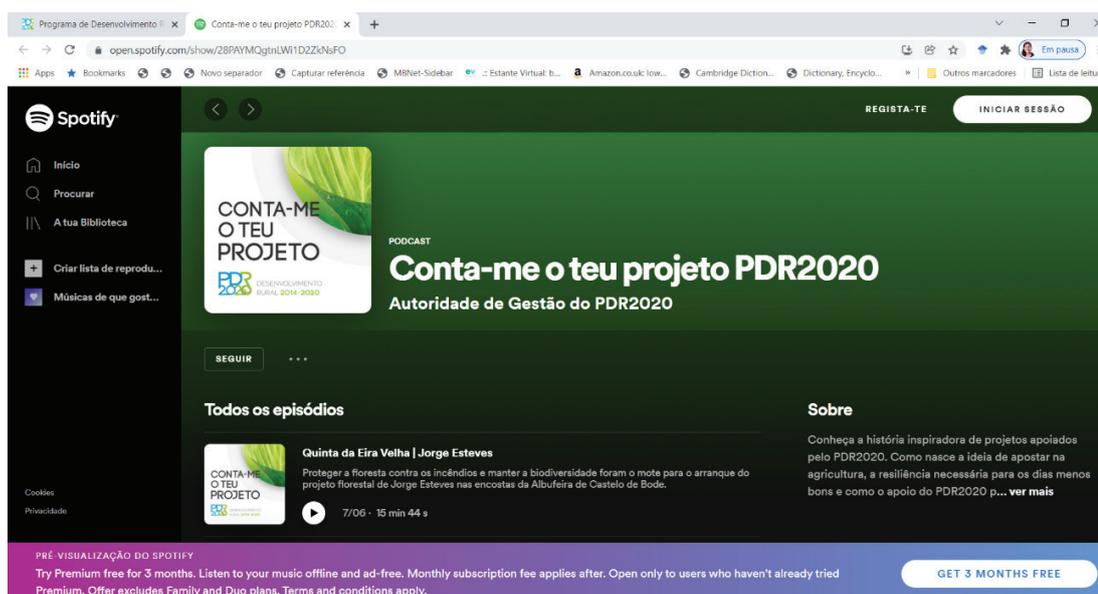
Quando olhamos com atenção para aquilo que representou e representa, em termos de inovação para os espaços rurais, a rede de associações de desenvolvimento local que se expressa através da ANIMAR e da Federação Minha Terra, constatamos que o empreendedorismo e a inovação (de negócios com e sem fins lucrativos) é uma prática constante, principalmente nos primeiros anos da abordagem LEADER, e que muitos e muitas dos atuais residentes e empreendedores/as rurais têm origem nestes processos e nas «escolas» que entidades gestoras



do LEADER criaram para novos empreendedores/as e novos e novas autarcas que, atualmente, das mais variadas formas, enquadram processos e programas de inovação em espaço rural.

Ainda em termos de promoção e apoio à inovação, torna-se essencial recordar que a Administração Pública desempenha um papel central, através de entidades como o INIAV, a DGADR, o IFAP, o IAPMEI, a maioria do sistema de ensino superior, designadamente o Politécnico, desenvolvendo vários projetos e processos de investigação, desenvolvimento e inovação. Também não podemos esquecer o papel muito significativo de algumas associações empresariais como a AJAP ou a ASSIMAGRA (da cadeia de valor da Pedra Natural) ou núcleos regionais da AEP (como o NERE, o NERSANT, entre outros) e Associações de Desenvolvimento Regional, na dinamização de espaços e ecossistemas de inovação. Efetivamente, esta rede de polos de inovação e apoio desenvolve diversas iniciativas meritórias que reforçam as condições de inovação dos espaços rurais.

O cruzamento de todo este ecossistema de apoio ao empreendedorismo e inovação pode ser demonstrado e divulgado através de espaços digitais como o «Conta-me o teu projeto PDR2020», um *podcast* da Autoridade de Gestão do PDR2020 que revela histórias inspiradoras de projetos apoiados pelo PDR2020. Surgem tópicos tais como: o brotar da ideia de apostar na agricultura, a resiliência necessária para os dias menos bons e como o apoio do PDR2020 pode fazer a diferença, ou seja, como o cofinanciamento dos Fundos Europeus pode mudar a vida de quem investe na agricultura.



<http://www.pdr-2020.pt/Centro-de-informacao/Noticias/Podcast-Conta-me-o-teu-projeto-PDR2020>

O PROCESSO EMPREENDEDOR E A REVITALIZAÇÃO DOS DIVERSOS RURAIS

É no contexto do que abordámos na primeira parte deste Livro Branco, que tentaremos agora aproximar-nos um pouco mais de duas das questões-chave que norteiam este trabalho: qual será o papel do empreendedorismo jovem neste novo contexto transposto pela Visão de Longo Prazo para os espaços rurais europeus e pelo Plano de Ação? Quais serão as melhores formas de fortalecer ou ativar o espaço rural?

Começamos por apresentar exemplos que foram explorados neste projeto, com o contributo de Ana Ventura, que expressam como a intervenção camarária pode intervir na dinamização dos processos empreendedores e na revitalização dos espaços rurais.

EXEMPLO 1 Monchique: os recursos naturais e ambientais

De acordo com a autarquia: *“Temos um conjunto de atividades económicas interessantes que acabam por ter empresas que fixam pessoas e que criam alguma riqueza. Um dos exemplos é a produção de enchidos. Nós temos quatro fábricas de enchidos que produzem o ano todo. Nós começamos a fazer uma feira de enchidos para promover a matança do porco, e estas atividades. Essas quatro fábricas têm mais ou menos em média 2 milhões € de faturação ao ano, algumas delas têm 10-15 trabalhadores – Por que fazem desde a produção dos animais até à transformação e venda...”*

A propósito da produção de medronho: *“Na altura pensei que poderia ter havido outra solução, mas a opção que tivemos foi facilitar este processo, ou seja, dizer as pessoas: não te preocupes que isto não é uma coisa difícil, vamos oferecer-te um projeto, vamos ajudar-te na organização, na junta, na alfândega, junto às autoridades e o que acontece aqui hoje – temos 85 destilarias legalizadas no nosso concelho.”*

Refira-se que, neste caso, a vinda de estrangeiros que procuram a qualidade de vida/ ambiental é uma tendência e um desafio para o desenvolvimento de alguns projetos empreendedores.

EXEMPLO 2 Fundão: a estratégia mais formal

PT EN

#MOVE TO FUNDÃO

Facebook Instagram YouTube LinkedIn

AGENDA
MEDIA
CONTACTOS

ESPACO EMPRESA

SELECIONE CONTEÚDOS

INÍCIO SERVIÇOS GALERIA CONTACTOS

O projeto “Espaço Empresa” constitui uma iniciativa do IAPMEI, em parceria com a AMA e a AICEP, com a qual se visa desenvolver um novo modelo de atendimento empresarial centrado nos interesses e necessidades do empresário, concentrando as respostas às empresas num ponto único de contacto, com o objetivo de minimizar o esforço dos empresários no acesso à informação e na interação com a administração pública central e local.

empresa

12°C Limpo 21:08 15-12-2021

Espaço Empresa – é um novo modelo de atendimento empresarial centrado nos interesses e necessidades do empresário, concentrando as respostas às empresas num ponto único de contacto, com o objetivo de minimizar o esforço dos empresários no acesso à informação e na interação com a administração pública central e local (criado em fevereiro de 2019). Possui também um Gabinete de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Município do Fundão – apoio técnico na área agrícola e um conjunto de incentivos financeiros com a Isenção de taxas nas operações urbanísticas a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos; Isenção de IMT, na aquisição de prédios urbanos objeto de reabilitação urbana, Isenção/redução de IMT, na aquisição de prédios urbanos/rústicos, mediante emissão de declaração de empresa de interesse municipal, etc.

No trabalho de busca de *boas práticas e exemplos internacionais*, considerou-se relevante, por exemplo, o **CREA**, em Itália, que apresenta uma abordagem multidisciplinar e envolvente, na forma e no conteúdo, dizendo que: «*O mais importante é escutar diretamente os agricultores e agricultoras para entender melhor as problemáticas deles e dos territórios. Não podemos abandonar a população rural e temos que entender que, além dos fundos, eles precisam de aprender, de ser apoiados e de ser treinados para a inovação. Isso acarreta o entendimento de cada particularidade do território e do tipo de inovações que podem ser implementadas. Tem que ser apoiada a inovação e sobretudo os/as jovens que decidem ficar nas zonas rurais. Através da Estratégia de Inovação das Áreas Rurais, é possível trabalhar a vários níveis e ouvir os jovens. As ferramentas/sites são importantes, mas têm de ter apoio no território. Têm de criar relações, não apenas com entidades públicas, mas também com organizações da economia social. A inovação vem mais do setor privado do que do setor público. Muitas vezes o privado precisa só de capacitação.*»

The screenshot shows the CREA website interface. At the top, there is a navigation bar with the logo of the Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali and the CREA logo. Below the navigation bar, there is a search bar and social media icons. The main content area features a large image of a tractor in a field. On the right side, there are four statistics:

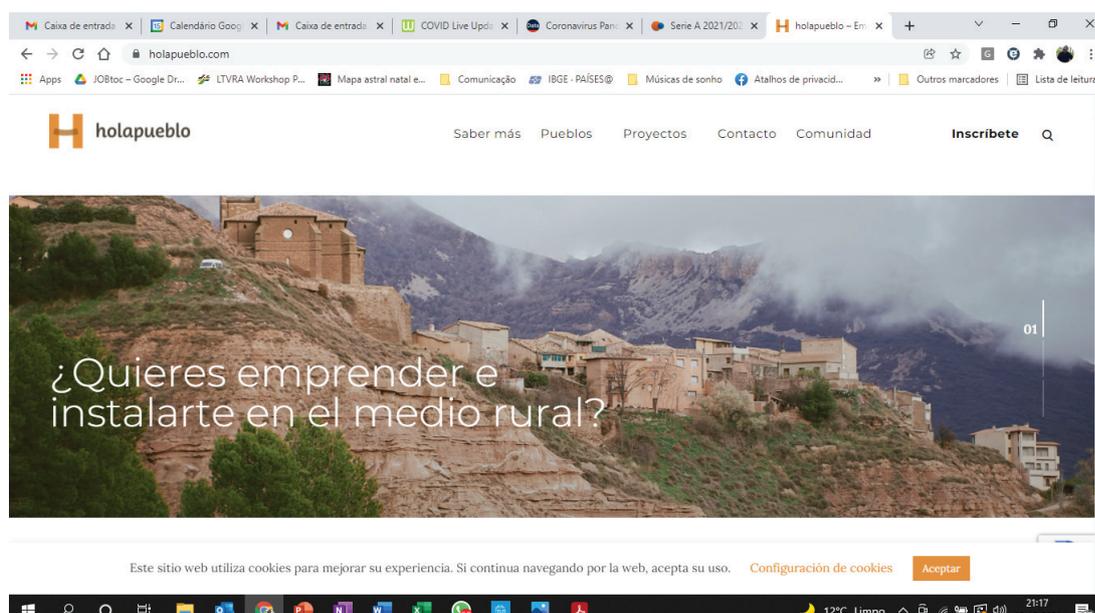
- 12 CENTRI DI RICERCA
- 1520 RICERCATORI E TECNICI
- 460 PROGETTI DI RICERCA IN CORSO (AL 1 NOVEMBRE 2021)
- 66 AZIENDE AGRICOLE SPERIMENTALI

On the left side, there is a text block:

Abbiamo il gusto dell'innovazione
 Siamo il più importante Ente italiano di ricerca sull'agroalimentare. Ogni giorno mettiamo in campo tutte le forze per accrescere la produttività e la competitività del comparto e per garantire la massima tutela del nostro territorio.

CREA – *Consiglio per la ricerca in agricoltura e l'economia agraria* é o principal organismo de investigação italiano tutelado pelo Ministério da Política Agrícola, Alimentar e Florestal. Estão organizados em 12 centros de investigação, 6 centros de fileira e 6 centros transversais, presentes de forma capilar no território nacional, eliminando sobreposições e permitindo uma racionalização dos recursos económicos e de pessoal.

Em Espanha, podemos explorar o projeto **HOLAPUEBLO**, promovido pela ALMANATURA.



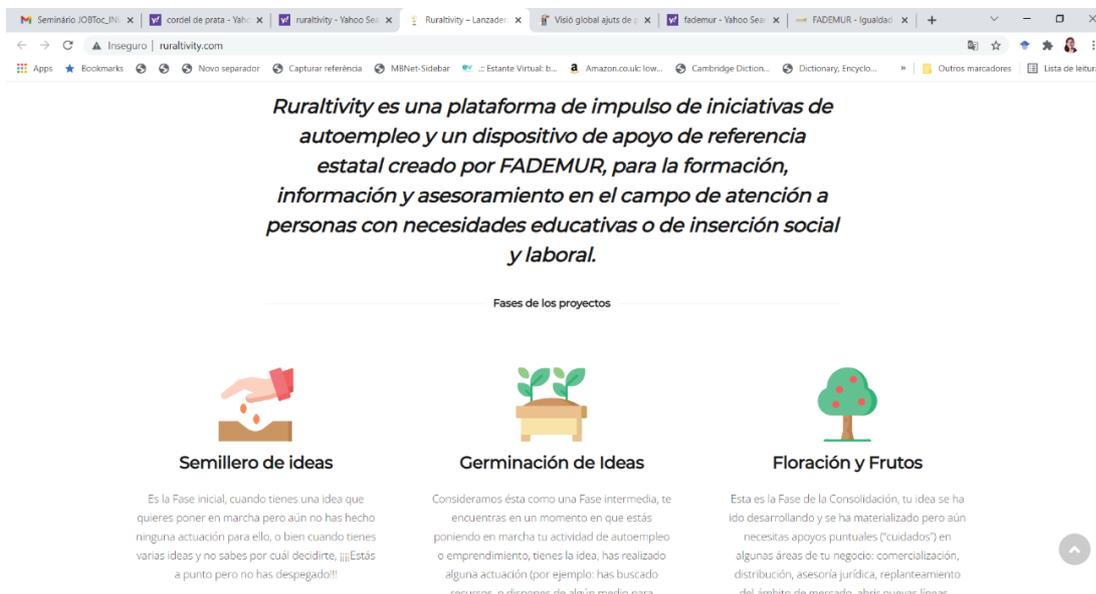
Neste caso, existe a perspetiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas que não querem sair do mundo rural. Trabalham a educação, saúde, emprego e tecnologia para que não tenham necessidade de migrar. A equipa é constituída por ambientalistas, maestros, advogados, etc., apoiando cerca de 6000 mil pessoas. Trabalham com jovens ao nível da formação profissional, para que fiquem nas suas aldeias e sejam promotores/as de oportunidades nos territórios. Estimulam também a fixação de urbanos que querem mudar: pessoas com falta de emprego; com alterações na estrutura da família; com filhos/as pequenos a quem não querem oferecer uma vida na cidade; pessoas que amam o mundo rural, a terra, o turismo agro-rural, etc. O projeto é uma aliança público-privada, que está no 4º ano de implementação. No 3º ano foi financiada por uma Fundação e no 4º ano foi financiada pela Rede Eléctrica Espanha (distribuidor). Juntaram-se ao projeto 7 *Diputaciones Provinciales* e empresas públicas e 52 *Ayuntamientos*. É um projeto da *AlmaNatur*a (<https://almanatura.com/>).



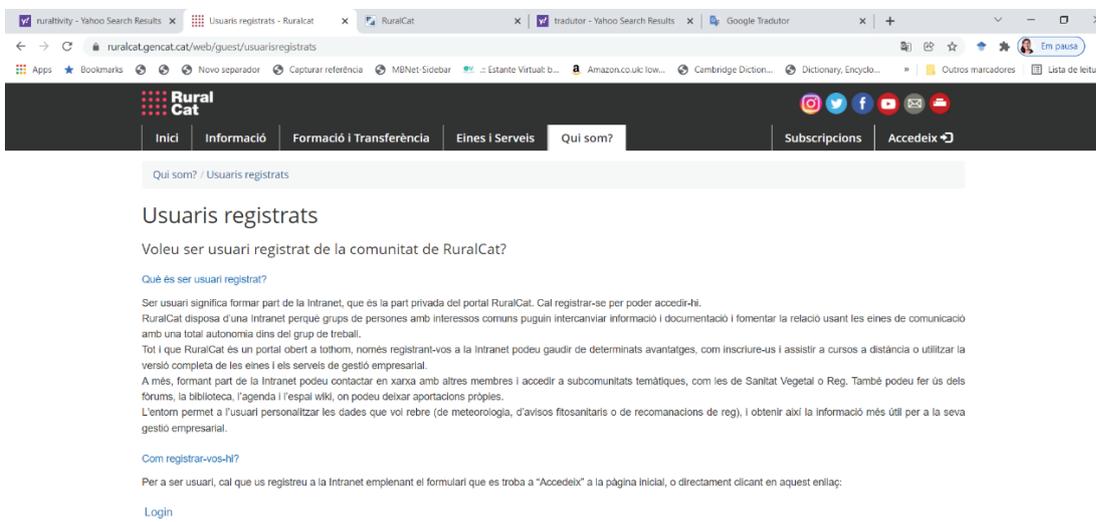
A *Federación de Asociaciones de Mujeres Rurales: FADEMUR* – <http://fademur.es/fademur> é outro bom exemplo de intervenção e apoio ao empreendedorismo, neste caso, em Espanha, e focado no apoio às mulheres empresárias e empreendedoras, consideradas como elementos centrais do suporte ao desenvolvimento e à inovação em espaço rural.

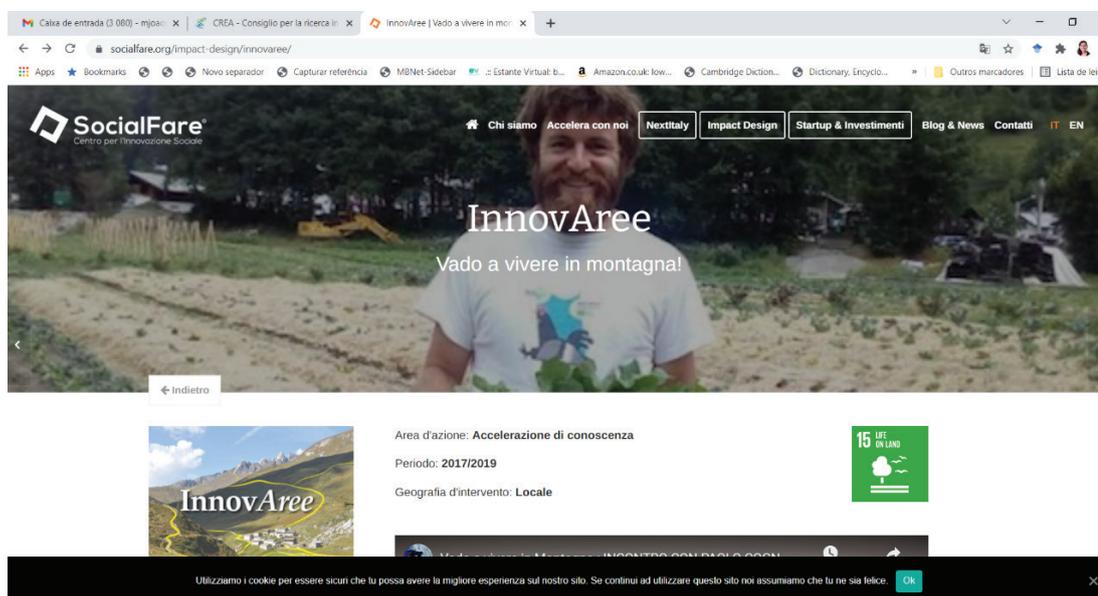


O *Ruraltivity* é uma incubadora de empreendimentos rurais, fundamentalmente dirigido às mulheres, apoiando várias iniciativas não só as relacionadas com projetos agrícolas (lazer, cultura). O apoio é contínuo e adaptado com vários parceiros envolvidos.



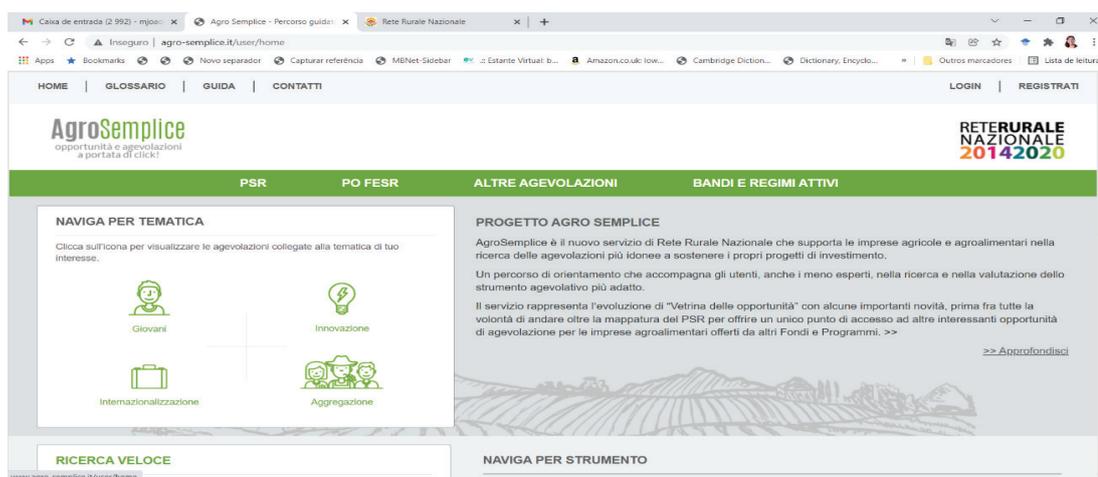
O **Observatório da Juventude** é uma ferramenta de consulta relativa à atividade agrícola na Catalunha onde se podem filtrar, obter informação e extrair dados em vários formatos como Excel, PDF, gráficos ou mapas. https://observatoridejoves.cat/ajuts-primera-installacio/visio_global_1a_inst/

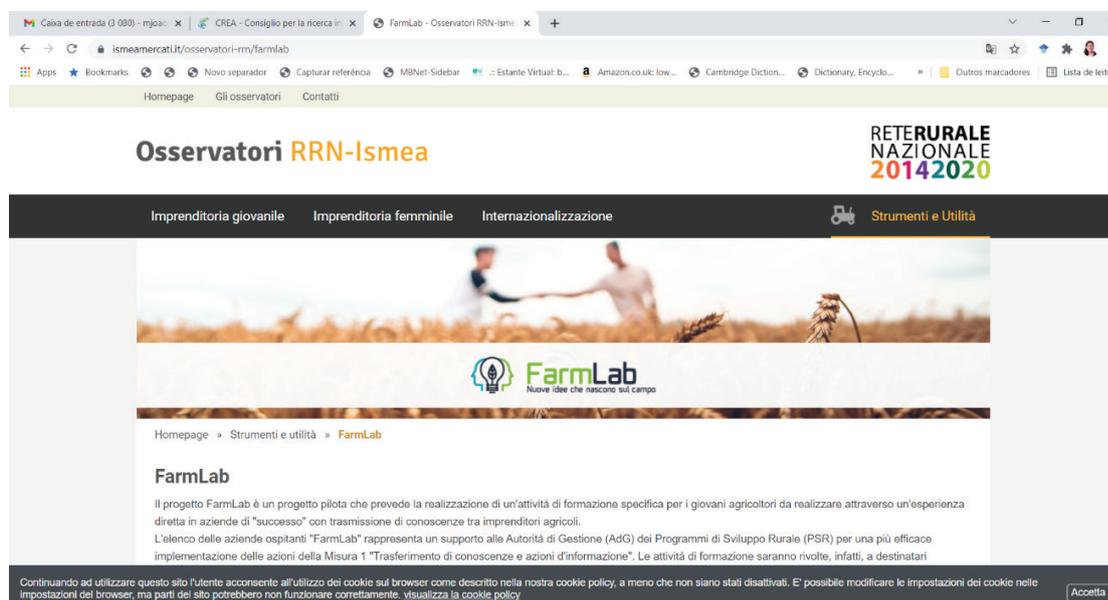




A **InnovArea** (“I move to the mountains”) – <https://socialfare.org/en/impact-design/innovaree/> – é outra abordagem inspiradora: neste espaço, os/as jovens (também entidades) apresentam as suas ideias de negócio (em diversos setores de atividade) e são criadas redes com (potenciais) investidores e especialistas, onde se estabelecem contatos com mentores/as experientes e empresários/as envolvidos/as em design, finanças e outras competências. Surgem assim sinergias e colaboração no território, com vários projetos a decorrer nas zonas de montanha (Piemonte).

Para encontrar fundos, por exemplo, os interessados podem consultar o site AgroSemplice, um serviço da Rede Rural Italiana (<http://www.agro-semplice.it/user/home>) onde terão acesso a informação sobre oportunidades de financiamento em cada região. Também em *Business Plan Online* (<https://www.reterurale.it/bpol>) podem encontrar apoio técnico.





De outra forma, o **FarmLab** (<https://www.ismeamercati.it/osservatori-rrn/farmlab>) é um projeto-piloto para ações de transferência de conhecimento, informação, formação adaptada, implementação de formação específica para jovens agricultores/as, realizada por empresas que se comprometam a partilhar as suas experiências com os/as jovens interessados. É uma lista online de empresas disponíveis para facilitar ações transferência de conhecimento e informação.

É neste contexto de criação de enquadramentos e ecossistemas favoráveis, de empreendedorismo e inovação, que se pretende criar as condições de atração e fixação ou multiplicação de residentes, trabalhadores/as e investidores/as em espaço rural.

As sinergias as condições e as perceções dos empreendedores

No documento de trabalho sistematizado por Maria João Parreira no âmbito deste projeto¹⁴, desenvolve-se uma abordagem aprofundada sobre as diversas sinergias que se estabelecem no âmbito dos 3 estatutos (JER – Jovem Empresário Rural; JA – Jovem Agricultor; AF – Agricultura Familiar) e com vários documentos e instrumentos de política pública (de diferentes níveis) com impacto no estudo da temática que este projeto trabalhou.

Nesse documento, que transcrevemos aqui, em parte, afirma-se que: (...) «O estatuto JER é um conceito transversal, multissetorial e de abordagem territorial. Assim, poderão ser exploradas sinergias para capitalizar as potencialidades associadas ao JA e à AF. Um objetivo comum será a promoção da renovação e do rejuvenescimento das empresas agrícolas, assim como o aumento da atratividade da atividade agrícola aos e às jovens investidores/as, promovendo o investimento, o apoio ao acesso de terras e à participação no mercado.

Contudo, sendo o estatuto JER transversal, a diversificação de atividades económicas, além da atividade agrícola, é uma das visões associadas. Assim, a medida “Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola” será uma sinergia a explorar, se bem que os beneficiários e beneficiárias devem exercer atividade agrícola e estar legalmente constituídos à data da candidatura.

Pensando nos objetivos do estatuto AF, a par dos relativos ao JER, são identificadas as seguintes sinergias:

- ▶ Reconhecimento das especificidades dos dois estatutos nas dimensões económica, territorial, social e ambiental;
- ▶ Promoção e valorização da produção local, melhorando os métodos de produção e os circuitos de comercialização;
- ▶ Combate à desertificação dos territórios do interior;

¹⁴ «Sinergias entre os estatutos Jovem Empresário Rural (JER), Jovem Agricultor (JA) e Agricultura Familiar (AF) com referências-chave no universo político e estratégico», julho de 2021

- ▶ Atribuição de um valor estratégico, a ter em conta, ao nível das prioridades das políticas agrícolas nacional e europeia e da promoção de maior equidade na concessão de incentivos.

As candidaturas para os JER em geral e, em particular, para os JER pertencentes a agregados familiares com atividade em exploração agrícola familiar cujo responsável detenha o Estatuto de Agricultura Familiar, são sujeitas a uma majoração na seleção e, portanto, serão prioritárias ao nível da hierarquização, o que por si só já demonstra uma sinergia aplicada. Sendo que a visão do estatuto JER se centra no fortalecimento do empreendedorismo no mundo rural, através da criação de novas empresas e fixação de jovens empreendedores/as nas zonas rurais, dinamizando as economias locais e a criação de novos empregos, com atividades inovadoras e sustentáveis (não só agrícolas), será importante perceber melhor o potencial do JER associado com as oportunidades já em desenvolvimento.

No âmbito do PDR 2020, as candidaturas são avaliadas em função da metodologia de cálculo da Valia Global da Operação (VGO), que contempla um conjunto de critérios e ponderações que variam consoante os avisos de abertura de concursos. No contexto dos estatutos JER, JA e AF, alguns dos critérios têm em conta se o/a candidato/a tem atividade como JA ou se é reconhecida com o estatuto de AF ou JER. Outros critérios estão relacionados por exemplo com o facto de a candidatura apresentar investimentos relacionados com a proteção e a utilização eficiente dos recursos, se apresenta investimentos em melhoramentos fundiários ou plantações, ou se o promotor pertence a alguma associação de produtores, entre outros. Esse método de cálculo VGO tem sido alvo de críticas por vários especialistas no sentido de poder condicionar a seleção e hierarquização das candidaturas, com uma fundamentação pouco clara e discutível.

Os apoios referentes ao JER podem ser concedidos a quem já é JA e a membros do agregado de AF que se proponham a diversificar atividades não agrícolas, ou às micro e pequenas empresas não agrícolas e outros habitantes das zonas rurais, em complemento dos outros requisitos, como o limite de idade de 40 anos. Esses apoios apenas podem ser concedidos se os promotores e promotoras residirem nos territórios rurais, abrangidos pela regulamentação e legislação respetiva. No início de 2021 foram divulgadas novas regras, novas declarações e novos formulários relativos aos instrumentos financeiros do PDR 2020¹⁵. Um exemplo de uma nova regra é que serão elegíveis como jovens agricultores/as, os e as requerentes que não tenham exercido atividade agrícola há mais de cinco anos, além de se também poder combinar candidaturas previamente aprovadas com as que forem realizadas no presente, de acordo com a regulamentação¹⁶.(…)»

O levantamento das Oportunidades e Ameaças, das Forças e Fraquezas (análise SWOT), identificados nos diversos documentos enquadradores das políticas que enquadram os estatutos analisados, bem como os resultados das entrevistas aos e às Jovens e Autarquias, permite construir os quadros que apresentamos abaixo. Não sendo consensuais, servem como referência para o debate que pretendemos promover.

15 Disponível em: <http://www.pdr-2020.pt/Centro-de-informacao/Noticias/Instrumentos-Financeiros-com-novas-regras>

16 Informação mais aprofundada sobre este tema poderá ser consultada no documento «Sinergias entre os estatutos Jovem Empresário Rural (JER), Jovem Agricultor (JA) e Agricultura Familiar (AF) com referências-chave no universo político e estratégico», sistematizado por Maria João Parreira, em julho de 2021, no âmbito deste projeto.

(ANÁLISE EXTERNA)**OPORTUNIDADES**

- ✓ Internacionalização a par da Digitalização
- ✓ Potencial do Turismo Rural e das sinergias entre agentes do Turismo e agentes agrícolas em cada Território
- ✓ Sinergias com parceiros internacionais, possibilidade de acesso de Mão de Obra qualificada / não qualificada através de Acordos / Parcerias Estratégicas
- ✓ Territórios Rurais Únicos e ricos em Biodiversidade (recursos endógenos)
- ✓ Riqueza Patrimonial, material e imaterial: recursos naturais, cultura, dieta Mediterrânica, herança cultural
- ✓ Relações Internacionais bem estabelecidas a nível Global, Ásia, África, América do Norte e do Sul, Europa (os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa podem ser uma mais valia a tirar proveito, a par das relações com o Brasil, com a mais valia da Língua comum)
- ✓ Dinâmicas demográficas (vantagem ao nível de novas pessoas estrangeiras e/ou Jovens, com novas visões e atitudes que estimulam o empreendedorismo e inovação)
- ✓ Possibilidade de crescer em termos de Transformação (ex. dado pela autarquia de Monchique, com a extração do Sienito nefelínico, uma pedra rara, desde os anos 70 tem sido exportado cerca de 90% para a China, Japão, com grande potencial para a exploração da sílica e feldspatos para a Porcelana)
- ✓ Grande potencial para criação de Marcas e estratégias em cada contexto Territorial, como indicou a autarquia de Monchique com as linhas estratégicas de Turismo Cultural / Turismo da Natureza / Turismo Gastronómico / Turismo da Saúde. Por exemplo o Algarve é reconhecido mundialmente, mas a dinâmica de conhecer “O Topo do Algarve” criou outras atividades e dinâmicas interessantes. Outra marca turística “comer produto da época e típico de cada território rural”
- ✓ Potencial das Indicações Geográficas Portuguesas: já existem avanços como a plataforma relativa aos Produtos Tradicionais Portugueses, entre outros (embora possam ser melhor estudadas e aplicadas)

(ANÁLISE EXTERNA)**AMEAÇAS**

- ✓ Fator Idade (numa perspetiva internacional): não existe um consenso internacional sobre o “ser jovem” quanto ao critério idade
- ✓ Falta de competência de Línguas (ex. Inglês, Português) por um lado dos agricultores e agricultoras/empresários e empresárias portuguesas com mais idade que não falam inglês, ou dos jovens estrangeiros e estrangeiras que vivem nos territórios rurais e não falam português
- ✓ Fraca Cultura e Literacia de Empreendedorismo e Inovação em Portugal (apesar das iniciativas já existentes e avanços alcançados, precisamos de estimular uma Massa Crítica na Sociedade Civil, no sentido de os cidadãos e cidadãs serem proactivos/as na esfera pública)
- ✓ Falta uma Estratégia Nacional de Marketing Tradicional e Digital nos Territórios Rurais: marcas próprias, Indicações Geográficas versus comunicação e divulgação para (potenciais) parceiros e especialmente para e com os consumidores e consumidoras
- ✓ Exigência dos apoios comunitários face aos requisitos de elegibilidade e possibilidade de afetar uma operacionalização efetiva dos projetos
- ✓ Baixa Literacia Digital em Portugal (comprometendo as dinâmicas numa ótica internacional, redes e networking)
- ✓ Dinâmicas migratórias e Risco relativo às Condições Dignas de Trabalho (mão de obra intensiva necessária em fases específicas das atividades empresariais, agrícolas e outras)
- ✓ Existência de Zonas Cinzentas da Legislação e Regulamentação, como por exemplo em articulação com o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) em relação aos fluxos migratórios, entre outros contextos
- ✓ Necessária uma melhoria na proteção e organização nos mercados como exemplo no preço ao produtor/a, sendo este em geral o mais lesado ao longo das cadeias. Quanto mais o consumidor e consumidora der valor a um valor justo pago a quem produz, mais esse produtor/a tem capacidade de produzir com maior qualidade e sustentabilidade social, ambiental e económica (testemunho JA Pedro Cupertino de Tavira)

(ANÁLISE INTERNA)**FORÇAS**

- ✓ Potencial de criação de negócios, iniciativas/organizações diferenciadas, tendo em conta os recursos endógenos e especificidades territoriais
- ✓ Potenciação do rejuvenescimento dos territórios rurais
- ✓ Prioridade na seleção (majorações nas avaliações de propostas) dos projetos de investimento e na consequente hierarquização de candidaturas
- ✓ Estímulo à Inovação e Empreendedorismo: fixação de jovens empreendedores/as nas zonas rurais
- ✓ O investimento nas zonas rurais é um motor de resiliência e recuperação
- ✓ Potencial para a criação de emprego em diferentes sectores de atividade e posterior alavancagem para várias atividades
- ✓ Possibilidade de apoio numa perspetiva integrada de diferentes instrumentos de política
- ✓ Existência de redes de estímulo e apoio ao empreendedorismo e capacitação de iniciativas empresariais, estimulando a concretização de novas empresas
- ✓ Estímulo às sinergias entre a Academia, Indústria, Empresas e outros agentes sociais (exemplos: CCDRs, ADL, ONGs, IEF, IAPMEI, etc.)
- ✓ Existência de sinergias entre parceiros de negócio, como por exemplo a possibilidade de empreender e trabalhar com fornecedores locais contribuindo para a economia local e criação de riqueza
- ✓ Potencial de convergência entre Projetos Culturais e o estatuto JER e a dinamização de iniciativas empreendedoras e inovadoras, parte integrante dos Territórios Rurais (Artesanato, Música, Folclore, Teatro, em articulação com o potencial dos recursos endógenos de cada território a nível agrícola, florestal e cadeias de valor respetivas)
- ✓ Existência dos Pedidos de Apoio Anuais – subsídios
- ✓ Forte/Diferenciado Apoio aos projetos de maior base sustentável ambiental
- ✓ Aposta na Qualidade e na Excelência de oferta de Produtos e Serviços com base nos recursos endógenos dos territórios rurais
- ✓ Território nacional heterogéneo e riquíssimo, com todas as potencialidades associadas
- ✓ Possibilidade de Liderança Territorial efetiva (exemplo: caso de sucesso no Fundão, território Beirão)
- ✓ Potencial de Recuperação das Zonas Agrícolas face a Ameaças como a Invasão das Espécies Exóticas e Risco de Incêndios (exemplo: caso do Plano de Recuperação de Paisagem apoiado pelo Governo, na criação de um Centro de Reprodução de Fruteiras como ex. o “Pêro de Monchique”)
- ✓ Potencial de Inovação ao nível da “Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas”, também indicado pela autarquia de Monchique, que estimulará novas abordagens ao nível das atividades empresariais e empreendedorismo

(ANÁLISE INTERNA)**FRAQUEZAS**

- ✓ Pouco estímulo, Comunicação e Divulgação, para estimular a aderência ao estatuto JER
- ✓ Envelhecimento da população nos territórios rurais versus interação intergeracional: nos territórios de baixa densidade populacional, quando existem jovens estrangeiros/as nesses territórios muitas vezes esses não falam português, o que impede uma maior interação intergeracional
- ✓ Idade (numa perspetiva nacional, tendo em conta a realidade dos territórios rurais) – Há falta de jovens, muitos migram para as zonas urbanas – Será o fator idade limitante para uma aderência efetiva ao JER?
- ✓ Falta de jovens profissionais, com formação em Engenharia Agronómica/Florestal e afins, em territórios rurais com potencial Agrícola/Florestal (caso de Monchique por exemplo)
- ✓ Fraco mapeamento das dinâmicas sociais específicas de cada Território Rural (Onde estão os/as Jovens Portugueses ou estrangeiros, e em que perfil e contextos profissionais? O facto de existirem jovens estrangeiros nos territórios rurais não quer dizer que estejam a contribuir e a interagir para o bem comum desses territórios, ao nível do empreendedorismo/inação e resiliência dos mesmos)
- ✓ Falta de Massa Crítica neste âmbito do estatuto JER e das problemáticas do Mundo Rural, apesar de existir imenso capital académico acumulado (Academia)
- ✓ Carga Burocrática: necessidade de diversificar e simplificar processos tendo em conta a escala necessária, para por exemplo potenciar a replicação de boas práticas e modelos de negócio. Necessidade de uma maior fluidez/integração entre os diferentes instrumentos de política
- ✓ Acesso à Banca: muitas vezes à custa de garantias pessoais, dada a limitação dos prazos para aprovação dos projetos que podem demorar mais de um ano por exemplo, e por outro lado, quando não existe património próprio, uma grande dependência da Banca com os riscos associados
- ✓ Falta de Autonomia Financeira por parte dos/as Jovens Portugueses que promovam a motivação para desenvolver projetos
- ✓ As principais linhas de apoio e financiamento estão concentradas em Lisboa, e a sua génese pode estar desfasada da realidade própria de cada contexto territorial nas zonas rurais
- ✓ Carga Fiscal: necessidade de uma melhoria no enquadramento legal tendo em conta a especificidade dos Territórios Rurais e as necessidades de investimento dos/as Jovens empreendedores/as nessas áreas
- ✓ Fraca Cultura e Literacia de Empreendedorismo e Inovação (em especial é necessária uma melhoria nos níveis de ensino básico, secundário e técnico-profissional)
- ✓ Pouca Integração entre a Agricultura 4.0 (Digitalização) e as potencialidades associadas ao estatuto JER na dinamização de iniciativas empreendedoras e inovadoras
- ✓ Panorama nacional residual na aderência ao estatuto JER até à data (poucos projetos e iniciativas nesse âmbito)
- ✓ Networking: Limitações na capacidade organizacional e na cooperação, muitos agricultores e agricultoras (ou potenciais agricultores/as/empreendedores/as) ainda estão isolados

- ✓ Transferência de Conhecimento com deficiências, associada a uma necessidade de impulsionar uma Liderança Territorial efetiva (ex. caso de sucesso no Fundão, território Beirão, um exemplo de município em centenas de municípios possíveis, há muito trabalho por explorar)
- ✓ Resistência à mudança e à inovação, em especial das pessoas rurais com mais idade
- ✓ Dinâmica fraca ao nível da gestão de redes de agentes locais
- ✓ Nível de escolaridade e qualificações/competências, de envelhecimento, de despovoamento
- ✓ Transferência de conhecimento com deficiências, entre os diferentes atores sociais
- ✓ Falta de Visão Territorial: ex. programa e medidas do PRODER / PDR (grande discrepância entre as regiões)
- ✓ Falta Ordenamento do Território Nacional em convergência com os objetivos do estatuto JER
- ✓ Limitações no apoio técnico e comercial adaptado a cada contexto social/territorial
- ✓ Conectividade (física e digital) em concreto as limitações ainda existentes relativas à velocidade e acesso à rede de Internet nalguns territórios: ser acessível(preço) e funcional (preço/qualidade)
- ✓ Incentivos/políticas discriminação positiva gerais sem uma adaptação à realidade de cada território, desconhecimento da realidade geográfica e territorial, obrigação/requisitos não coerentes versus a falta de experiência
- ✓ Falta de Formação Técnica para os agricultores e agricultoras (também ao nível de Línguas por exemplo no Inglês)
- ✓ Acesso à Terra/terrenos (preços e condições para o investimento necessário),
- ✓ Apoio no Acompanhamento do Negócio: fraco apoio à comercialização e marketing, que possa contribuir para escalar o negócio
- ✓ Falta de Mão de Obra: muitas vezes na época da colheita por exemplo e interligação com os fluxos migratórios nos territórios rurais, pouco compreendidos/estudados/mapeados. Quando a mão de obra é Portuguesa um problema é a idade, muitas vezes conseguem-se trabalhadoras por volta dos 50-60 anos, mas há uma grande dificuldade em arranjar jovens
- ✓ Limites à Mecanização: nalguns Territórios como por ex. em Trás-os-Montes
- ✓ Problemas nos Critérios Avaliação Projetos – Competição Desigual e Incoerente: Falta/e ou Conflitos de Projetos de Investimento para as PMEs, já que em maioria em Portugal são PMEs (pequenas e médias empresas) e o dinheiro acaba por ser absorvido em maioria pelas grandes empresas. Exemplos de alguns desafios partilhados pelos/as jovens nas entrevistas: "...quanto mais área de investimento tivermos maior será a bonificação..." ou "... ter de aumentar os custos para aumentar a probabilidade do projeto ser aprovado/financiado..."
- ✓ Falta de Apoios à exportação: não permissão que um investidor por conta própria se candidate
- ✓ Problemas na relação das pessoas com o uso da Terra (perda de pessoas ao longo dos anos, população envelhecida)
- ✓ Dificuldade de Mão de Obra ou Problemática com Trabalhadores/as Temporários/as (estrangeiros, fluxos migratórios)

- ✓ Fraco fomento da integração do Triângulo – Floresta Produção – Floresta Nativa – Pessoas e a Produção Animal (uma problemática atual) – é necessário um Plano de “o perfil económico do homem na Serra” (testemunho da autarquia de Monchique)
- ✓ Falta um planeamento de Regadio para Trás-os-Montes como em Mirandela, testemunho de entrevista: “Há necessidade de uma equidade no acesso e gestão de água pública (barragens) na gestão de captação, armazenamento de água, no meu caso tenho de ser eu a assegurar, o que é mais um custo. É uma desigualdade comparando por ex. com Vale de Vila Viça, onde têm acesso a água para regar as figueiras ou no Alentejo com o Alqueva. Também não tenho energia perto da EDP, apesar de ter os painéis fotovoltaicos, mas é mais um custo acrescido, que foi submetido no projeto”

No âmbito da análise inerente ao Projeto JOBToc, surgiram outras constatações relevantes sobre o estatuto JER:

- ▶ A maioria dos/as Jovens Agricultores/as não possui regime de exclusividade. Uma grande maioria dos/as Jovens Agricultores/as adquiriram/encontram-se a adquirir uma formação agrícola (na área do investimento). Mais de três quartos dos/as Jovens Agricultores/as referiram não conseguir iniciar a atividade agrícola, sem o valor recebido da instalação inicial.
- ▶ Mais de metade das pessoas inquiridas com estatuto Jovem Empresário/a Rural é reconhecido a título individual. Quem é reconhecido como “Jovem Empresário/a Rural”, são pessoas coletivas, e na quase totalidade Pequenas Empresas.
- ▶ Um terço das pessoas inquiridas com estatuto Jovem Empresário/a Rural referiram não obter nenhum benefício pela aquisição do estatuto. Dois terços das pessoas inquiridas com p estatuto Jovem Empresário/a Rural referiram que o único benefício derivado da aquisição do estatuto, foi obter prioridade na seleção e na consequente hierarquização de candidaturas.
- ▶ Mais de três quartos das pessoas inquiridos necessitaram de auxílio para solicitar o seu pedido de estatuto. Três quartos de quem foi inquirido referiu que a DRAP, Direção Regional de Agricultura e Pescas, não prestou esclarecimentos e respostas aos seus pedidos de auxílio.

AS PERCEÇÕES DOS/AS JOVENS EMPREENDEDORES/AS¹⁷

No concreto, são os/as jovens empreendedores/as em espaço rural que agem, transformam, definem o que acontece e concretizam, ou não, os processos de inovação e desenvolvimento territorial. Por esse motivo, é essencial escutar o seu sentir e pensar. Foi com esse fim que Paula Castro (CFE-UC) desenvolveu, no âmbito deste projeto, o trabalho sobre *Jovens Agricultores e Empresários Rurais no Investimento em Território Rural* a partir da realização de

¹⁷ O aprofundamento desta temática deverá ser feito com o recurso aos relatórios de resultados de inquéritos e entrevistas JOBToc.

questionários, os quais tinham como objetivos: – Compreender a situação (social/laboral/socio-económica) dos/as jovens agricultores/as e empresários/as rurais em Portugal; – Analisar as perceções relativamente às medidas para a fixação de jovens em regiões suscetíveis à desertificação; – Conhecer os impactos dos estatutos da Agricultura Familiar, de Jovem Agricultor/a e de Jovem Empresário/a Rural.

A partir deste esforço compreendeu-se que a **proximidade à família** e a **facilidade de acesso à terra** são os principais **fatores de localização** destes empresários que consideram como **fatores de sucesso para a instalação de jovens empreendedores/as**, elementos como:

- ▶ Paixão e espírito de sacrifício, curiosidade e organização;
- ▶ Capacidade de adaptação e perseverança;
- ▶ Ter um suporte financeiro, ter capital próprio, para minimizar a dependência da banca, se necessário ter um trabalho suporte e ir explorando o negócio com cautela;
- ▶ Pertencer a uma Associação de Produtores e/ou estabelecer parcerias estratégicas com outras entidades envolvidas no desenvolvimento rural;
- ▶ Acesso prioritário a cursos de formação e capacitação;
- ▶ Acesso prioritário para apoio/ consultoria técnica e Consultoria em Marketing e Comunicação;
- ▶ Apoio das autarquias (ex. acesso à terra, redução de impostos);
- ▶ Maior apoio financeiro (bancos parceiros de negócio);
- ▶ Participação em feiras, mercados, outros eventos;
- ▶ Acesso a mercados internacionais e poder de exportação;
- ▶ Oportunidades para estabelecer família nos territórios rurais mais desfavorecidos, com acesso facilitado a escolas para crianças ou jovens, a serviços de saúde, de habitação, serviços culturais.

No projeto JOBToc destacam-se também dois aspetos que merecem atenção:

- 1) um frequente desconhecimento, por parte dos jovens, do estatuto JER
- 2) a necessidade de maior dinamização de iniciativas efetivas, locais e regionais, para fixar jovens empresários/as no meio rural.

Numa abordagem qualitativa, partilhamos as perceções dos empreendedores/as que ouvimos, porque consideramos relevantes. São alguns testemunhos que, na primeira pessoa, revelam os modos de sentir e pensar mais comum captado neste trabalho:

TESTEMUNHO 1

*“Projetos agrícolas: É preciso mais dinheiro (o estatuto de JER de pouco vale se não há incentivos válidos) para evitar a corrida louca às majorações. É preciso alocar uma percentagem grande desse dinheiro a projetos pequenos, senão os grandes apanham com tudo. É preciso que quem faz as medidas de investimento seja alguém que **conhece as diferentes realidades do território** e não um burocrata num escritório de Lisboa. É **preciso diminuir a burocracia e aumentar a ligeireza da análise de projetos**. É inadmissível a **espera de 1 a 3 anos até se obter a garantia de financiamento**. É assim que querem que os investidores tenham confiança? **Desburocratizar e aligeirar não é diminuir a fiscalização! Apoios à exportação: Não permitem que um investidor por conta própria se candidate. Para atrair jovens para o interior agrícola devem-se incentivar as faculdades a abrirem polos nas vilas e zonas mais rurais. Deve-se promover devidamente o investimento nas explorações e os apoios à exportação.**” – JER 2021*

TESTEMUNHO 2

“As **Medidas** do PDR para Instalação dos Jovens Empresários, deveriam ser **descentralizadas e direccionadas à realidade das Regiões ou locais de investimento** como são as Medidas dos GAL – Pequenos Investimentos e, não a nível nacional ...”

“...o Estado está a retirar verbas do Interior para o Centro e Sul do País. Está a contribuir para o despovoamento e desinvestimento das regiões de Montanha e Desfavorecidas, ao mesmo tempo que **umenta as assimetrias regionais e Nacionais**, dados das Tabelas de Investimento Padrão do IFAP são generalistas e, os **custos de instalação e laboração são diferentes de Trás-os-Montes, para a Zona Oeste ou Alentejo.**”

TESTEMUNHO 3

“A principal dificuldade com que me deparei foi com o **atraso na aprovação dos projetos** e com a **falta de honestidade** da parte da **empresa** que me deu **consultadoria** e apoio ao projeto, pois estava mais preocupada em inflacionar os valores para que fosse aprovado do que a fazer as coisas dentro de valores reais e atingíveis”.

TESTEMUNHO 4

“O Nosso **Interior**, cada vez é mais **desvalorizado pelas políticas agrícolas**, e outras, pelos Políticos que governam este País, sendo o **minifúndio**, outro grave entrave ao desenvolvimento desta Região, pelas **pontuações atribuídas nas aprovações das candidaturas.**”

TESTEMUNHO 5

“A grande dificuldade que sinto nesta minha região é **não haver floresta diversa** (manchas contínuas de eucaliptos), milho selecionado (transgénico), **falta de informação** sobre a **utilização de produtos fitofarmacêuticos**, **não existir uma associação de produtores** e **escoamento conjunto através de cooperativa local de produtores.**”

TESTEMUNHO 6

“É necessário apostar na **divulgação das explorações**, mostrando o que de bom se faz em cada região. Existem muitos empreendedores com capacidade, que podem **eleva a qualidade do tecido empresarial rural.**”

TESTEMUNHO 7

“A agricultura ao longo dos tempos sempre foi associada ao género masculino, pela força física, atualmente requer muito a força intelectual pela sensibilidade/inação e burocracias documentais e a **agricultura beneficia do trabalho de ambos os géneros.**”

TESTEMUNHO 8

“**Para sermos bem sucedidos na agricultura temos que gostar do que fazemos.**”

Tentando sistematizar esta abordagem em torno das Perceções de Oportunidades e Constrainimentos, destacaríamos as seguintes:

- 1) Carga burocrática – Necessidade de diversificar e simplificar processos e diminuir o tempo de espera até se obter a garantia de financiamento.
- 2) Acompanhamento dos projetos de investimento – É necessário fornecer um acompanhamento aos/às jovens durante os primeiros anos de desenvolvimento dos projetos.
- 3) Acesso à terra – Estimular e facilitar este acesso sobretudo com preços e condições para o investimento necessário.

- 4) Infraestruturas no espaço rural – Alargar a cobertura de serviços de internet e telecomunicações. Reforçar a implementação das políticas de coesão territorial por forma a permitir a melhoria das infraestruturas mesmo nas áreas menos povoadas (Ex: centros de saúde, escolas, entre outros).
- 5) Agricultura 4.0 (Digitalização) – Investir na formação e transferência de conhecimento.
- 6) Circuitos curtos – Potenciar a proximidade entre produtores/as e consumidores/as.
- 7) Exportação – necessidade de apoio ao desenvolvimento destas competências e aos canais de escoamento para os mercados externos

Através dos inquéritos realizados neste projeto, contactou-se, entre outros aspetos, que:

- ▶ **Os laços familiares, a conservação da terra e do ambiente, além da qualidade de vida,** são os principais impulsionadores da fixação dessas pessoas nos territórios rurais.
- ▶ Mais de 70% desenvolve a sua atividade em terras próprias e **mais de 60% tem uma atividade profissional complementar,** não sendo a agricultura a única atividade desenvolvida, salientando **o maior desafio do sector a falta de mão de obra.**
- ▶ Os contactados salientaram a necessidade de uma **maior clarificação do conceito de JER para que possa ser percecionada a sua utilidade, funcionalidade e aplicação prática.**
- ▶ Além de que destacaram a necessidade de **maiores incentivos para os jovens para atividades relacionadas à economia circular, à valorização dos serviços de ecossistemas, inovação e ao apoio à exportação.**
- ▶ Inquiridos em diferentes faixas etárias, possuem opiniões díspares sobre os incentivos para a fixação em áreas desertificadas e/ou despovoadas.
- ▶ Aqueles na faixa etária entre 18-30 priorizam o apoio das autarquias, a necessidade de melhores/mais infraestruturas e as oportunidades para o estabelecimento de famílias (escolas para crianças/ jovens, centro de saúde, entre outros).
- ▶ As pessoas inquiridas com mais de 51 anos referem como principais incentivos, o acesso a consultoria técnica, apoios financeiros, políticas habitacionais, entre outras.
- ▶ O estatuto “Produtor/a agrícola/animal” apresenta uma maior percentagem de inquiridos com menores níveis de educação formal.
- ▶ O estatuto de Agricultura Familiar referiu como principais benefícios da aquisição do estatuto: a facilidade no âmbito do programa PDR, o regime específico de contratação pública para fornecer bens agroalimentares e ainda a nova linha de crédito a que têm acesso.

Outro dos elementos relevantes referidos pelos mais diversos intervenientes sobre as condições de apoio aos processos de empreendedorismo rural e à possibilidade de utilizar os estatutos como fatores de desenvolvimento prendeu-se com a dispersão e elevada complexidade da informação e dos processos burocráticos existentes.



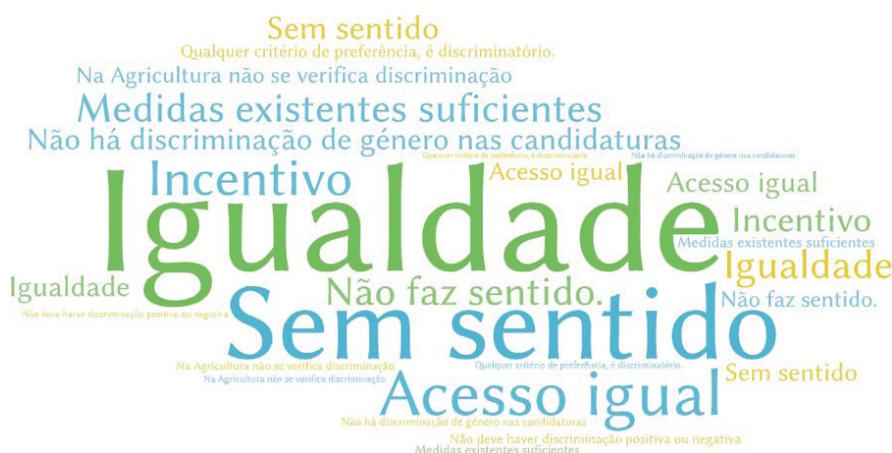
A partir do inquérito às entidades que, no terreno, prestam apoio aos e às jovens empreendedores e empreendedoras, destacaram-se as seguintes áreas de necessidades/prioridades de atuação:

- ▶ Apoios financeiros específicos
- ▶ Melhores infraestruturas de acesso e apoio à produção
- ▶ Mais incubadoras e aceleradoras de empresas
- ▶ Mais e melhores serviços de apoio à família
- ▶ 2/3 consideram os apoios PDR adequados às necessidades

Na leitura realizada sobre o papel das jovens empresárias constatou-se que:

- ▶ No setor (agrícola) predominam os empreendedores masculinos
- ▶ Os estatutos “Agricultura Familiar” e “Outros”, não apresentam nenhum inquirido feminino.
- ▶ O género feminino é aquele que apresenta mais dificuldades em escolher/saber qual o melhor estatuto perante a sua condição.
- ▶ O género feminino, tem uma mais atividade (nomeadamente tarefas domésticas, apoio a atividades escolares e cuidar de descendentes) que se sobrepõem ao seu trabalho na exploração/empresa.
- ▶ Metade dos inquiridos do género feminino discorda, parcial ou totalmente, que os apoios PDR demonstrem sensibilidade para as questões de género.

Este mapa de palavras, em certa medida, expressa o sentir dos agentes empreendedores sobre a necessidade de promover a igualdade de género, o que levanta várias questões e perplexidades, designadamente, sobre o potencial desaproveitado de inovação e de empreendedorismo feminino. Será um assunto debatido mais à frente.



TENDÊNCIAS DOS PERFIS E MODELOS DE NEGÓCIOS INOVADORES

As tendências para os perfis de JER e modelos de negócios inovadores

Adaptando a abordagem do estudo “Farmers of the Future”, *European Union, Publications Office of the European Union* (2020)¹⁸, Maria João Parreira e José Matos (INIAV) desenvolveram um exercício de criação de *Perfis Exploratórios da Figura Legal Portuguesa – “Jovem Empresário Rural” (JER)*. As tendências que lhes estão na base não são estanques, sendo o mais frequente encontrar “perfis” híbridos.

TENDÊNCIA PARA O “PERFIL AUTÓNOMO” – (AUTO) LÍDER

Este caso foi identificado através da entrevista de um jovem com o estatuto JER desde 2019, requerido em nome individual. Antes de solicitar o pedido de reconhecimento do estatuto JER, esse jovem já exercia atividade económica numa zona rural suscetível à desertificação ou despovoamento. Foi através da autarquia que tomou conhecimento da figura JER. Esse estatuto permitiu-lhe obter prioridade na seleção e na consequente hierarquização de candidaturas e acredita que é um impulso importante para a promoção do empreendedorismo rural. Tem o seu *site* próprio, articulando com as redes sociais, num conceito que vai além da loja *online*, isto é, promove um *e-Marketplace*, uma plataforma de mercado digital onde articula informação com outros produtores e atores nacionais, com a visão de promover uma dinâmica de facilitadores e/ou agitados agrícolas. Este tipo de JER parece ter tendência para assumir alguma proeminência.

TENDÊNCIA PARA O “PERFIL BIOTECNOLÓGICO – CONSULTOR/A”

Este caso foi gerado com base na partilha de dois jovens entrevistados, uma mulher e um homem, que desenvolvem atividade em investigação e/ou intensificação tecnológica, em consultoria empresarial, incubação de ideias e de empresas, muitas vezes em entidades relacionadas com investigação e inovação. A estratégia base é baseada na articulação dos vários agentes sociais ao longo das cadeias de valor, procurando sinergias e colaboração entre eles, como a academia, o tecido empresarial, os produtores agrícolas e florestais, respetivas associações e indústria. O desafio estratégico será conseguir a escala necessária, nessas parcerias, para conseguir implementar em campo o conhecimento científico e o alcançar de soluções inovadoras e sustentáveis. A cultura de empreendedorismo é impulsionada essencialmente pela iniciativa académica.

¹⁸ disponível em: <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC122308>

TENDÊNCIA PARA O “PERFIL COMUNITÁRIO – INTERCULTURAL”

Este caso foi gerado com base na entrevista de um jovem empreendedor de Brasília que veio para Portugal nos últimos anos, depois de uma participação na *Web Summit*. Com formação na área da Informática sempre teve vontade de desenvolver um negócio próprio. No Brasil, fez carreira na área da Banca, com especialização em apoio de negócios de pequenos empresários (microcrédito orientado). Apesar dessa carreira ter sido instável permitiu-lhe adquirir uma visão global, o que influenciou e promoveu as suas decisões futuras. Tem uma visão global, sendo um construtor de redes a nível global, entre diferentes culturas, através de plataformas digitais, serviços de mitigação, adaptação e compensação em matéria de alterações climáticas, numa visão de Economia Circular Aplicada e de soluções baseadas na Natureza (Nature Based Solutions).

TENDÊNCIA PARA O “PERFIL EXPLORADOR/A – CONSTRUTOR DE REDES”

Este caso foi idealizado com base na partilha de um dos jovens entrevistados. Trabalha numa empresa agroalimentar, na área de investigação e desenvolvimento de novos produtos, sendo um aspirante ao estatuto de Jovem Agricultor. Aposta no estabelecimento de parcerias para ir explorando oportunidades no âmbito agrícola, desenvolver projetos e submeter a candidaturas. Apesar de ter algum capital próprio, o acesso de terra ainda é uma dificuldade, mas acredita na cooperação e por essa razão aposta no estabelecimento de redes de pessoas com formação específica na área agrícola, também com entidades de ensino como universidades e politécnicos. Pensa que reforçar as redes de pessoas e entidades envolvidas será um caminho para novos modos de mobilização e de melhorias efetivas.

TENDÊNCIA PARA O “PERFIL PATRIMONIAL – TRADICIONAL”

Dos 12 jovens entrevistados, 7 jovens, 4 mulheres e 3 homens, contribuíram para a idealização deste perfil, sendo, em maioria, a vivência desde cedo no mundo rural uma característica comum. O facto de os e as jovens pertencerem a uma família com ligação à atividade agrícola, vegetal ou animal, ou com terras nas zonas rurais, promove a vontade de dar continuidade e de desenvolver negócio, como o desenvolvimento de projetos agrícolas. O acesso à terra, o conhecimento adquirido e transmitido pelos pais e/ou avós, as infraestruturas e equipamentos muitas vezes já em funcionamento, são uma mais-valia para impulsionar a atividade empresarial e melhorar o modelo de negócio tradicional. Em geral, a estratégia base está no conhecimento adquirido ao longo das gerações, numa abordagem clássica por herança de terras e negócio de familiares. Procura adaptar novas ideias e métodos desenvolvidos à nova realidade e desafios atuais.

Partindo da realidade que constatámos, verificámos que a maioria esmagadora de jovens empreendedoras e empreendedores e rurais contactados estão focados numa ideia de se manterem no espaço rural ou de conseguirem um regresso à Terra, às origens, à família. Querem fazer algo de novo, mas não disruptivo! Esta atitude contribui para valorizar a natureza, preservar o conceito de rural com interior e “interioridade”, mas ... será que estes e estas jovens que estão no espaço rural são compatíveis com o modelo europeu para o desenvolvimento rural?

Quando sabemos que não conhecemos cerca de 50 % das profissões que vão aparecer nos próximos 20 anos, quantas poderemos imaginar ligadas ao espaço rural, em que termos, como? Que negócios irão emergir?

Estas são algumas dúvidas que se colocam quanto ao futuro, que iremos procurar abordar nos próximos pontos deste Livro, numa perspetiva de abrir o debate e, eventualmente, contornar as políticas públicas de desenvolvimento rural com alguma inspiração que nasça do esforço de compreender o renovado papel do empreendedorismo jovem na revitalização (ou regeneração dos espaços rurais).

As dúvidas e desafios de um novo futuro



Chegámos agora ao momento de refletir sobre algumas das condições de emergência e revitalização (ou regeneração) de um «novo rural», composto por muitos rurais.

Para iniciar esse debate, devemos recordar que os potenciais de especialização territorial (locais e regionais) e as trajetórias de desenvolvimento territorial condicionam de forma muito significativa o presente e o futuro dos diversos espaços rurais deste «pequeno» Portugal.

Nesta medida, qualquer análise e intervenção que se faça terá de considerar a trajetória local (expressão sintética de várias dinâmicas e de interações entre sistemas ao longo do tempo) e as características desses sistemas, dos quais destacamos, para já: o dos recursos naturais (artificializados) que existem; o das pessoas, culturas e conhecimentos locais específicos; o das inserções supralocais nas redes de conhecimentos e competências; o das infraestruturas e suportes de apoio às pessoas e às organizações; e o das dinâmicas de informação e comunicação existentes. É na interação dinâmica entre estes sistemas que surgem os horizontes de oportunidades e constrangimentos para o empreendedorismo (nas suas diversas formas de expressão) e do povoamento e desenvolvimento dos múltiplos rurais.

Como vivemos numa fase de transição social e tecnologicamente intensa, num contexto de grande alteração das consciências, pressionados por desafios globais ameaçadores (sobrepopulação do planeta – para os níveis e tipos de consumo que predominam -, extinção gradual de espécies, emergência climática e potencial escassez alimentar, com consequentes crises sanitárias, aumento das desigualdades, etc.) e por inovações tecnológicas na produção energética, num mundo em vias de digitalização, devemos ter presente na nossa mente que as profissões e negócios de futuro são um imenso horizonte de possibilidades por explorar e redesenhar.

Ao contrário do que se perspetivou há alguns anos, não fica evidente que a tendência seja de homogeneização da sociedade. Essa será uma via em constante tensão com a criação de diversidades locais, influenciadas pela geografia e pelas conexões digitais dos agentes de interação e desenvolvimento local.

Afinal, parece que o local (um sítio georreferenciado, com determinadas características topográficas, climáticas, orográficas, etc.) será também marcado pelas conexões globais em que se insere por vias digitais e constitui o fruto do cruzamento das circunstâncias do território de suporte e das inteligências das pessoas com a filosofia e as relações que transportam, num processo dinâmico com diferentes ritmos e intensidades.

Colocando o debate com os pés na terra, aproveitemos o olhar atento de Ana Ventura, que apresenta preocupações e conclusões que revelam as dificuldades dos contextos local, regional e nacional em concretizar trajetórias de revitalização e desenvolvimento.

No seu entender, por exemplo: as autoridades locais e centrais, em muitas situações, não têm capacidade para responder às necessidades da população – há uma certa falta de consciência sobre o momento certo para tomar decisões e ações; é necessária a visibilidade rural (para além das medidas de apoio financeiro) e a valorização da profissão do agricultor ou agricultora,

que só é possível com políticas claras; os salários devem ser equilibrados, sendo preciso harmonizar a média salarial e as condições de trabalho entre as áreas urbanas e as rurais; os transportes, comunicações e assessorias técnicas têm muitas lacunas, comprometendo muitos investimentos; o abandono da terra (por parte de alguns) coexiste com a dificuldade de acesso à terra (por parte de outros) que permita ter uma exploração agrícola; a falta de emparcelamento em várias regiões é um obstáculo assim como o preço da terra; os bancos e as seguradoras não facilitam o investimento, transformando a família no verdadeiro apoio, em muitas situações. E neste contexto, real, relativamente aos serviços de ecossistemas, importa questionar: quem paga o quê? E a quem? Que negócios reais são viáveis?

Ainda de acordo com esta investigadora, é evidente que: nas explorações agrícolas e nos serviços de apoio ao desenvolvimento rural, revela-se a importância de ter mais mulheres e mais jovens nas áreas rurais e no empreendedorismo, como fator para melhorar a resiliência e a prosperidade e como agentes de mudança; percebe-se a necessidade de melhorar os programas de formação “micro”; as visitas de campo, o intercâmbio nacional e internacional para agricultores e para assessores é uma ferramenta muito valiosa, mas há necessidade de reforçar o apoio social para aproveitar a disponibilidade de agricultores/as e demais habitantes das comunidades; é preciso facilitar o acesso à habitação e demais necessidades básicas (*«aliás, só para quem ainda tem família no campo e que é mais fácil a fixação de jovens !!!»*), com o apoio das autoridades locais; é essencial reconhecer que a população rural de hoje é muito diversificada e com um nível de escolaridade médio ou alto, manifestando anseios bastante distintos dos tradicionais; existe uma consciência relevante sobre resiliência, meio ambiente, sustentabilidade, ... mas falta-lhe um enquadramento favorável e de possibilidade de atuação, em muitas situações (num frágil contexto regional, de políticas e estratégias locais, com as devidas «diretrizes oficiais» ...).

Esta é a realidade de um presente que persiste e se confronta com o olhar de um futuro que se deseja, em Portugal e na Europa, para o qual se vai definindo um Pacto Rural e um Plano de Ação para o desenvolvimento dos espaços rurais.

OS DEBATES EMERGENTES

Importa agora colocar algumas notas de um debate emergente que se pretende abrangente.

Face à forte transição/transformação que experimentamos, principalmente nestes últimos dois anos de crise pandémica, numa outra ordem de grandeza, eventualmente com os pés mais assentes na Terra, para imaginarmos e desenharmos políticas (públicas e público-privadas) de desenvolvimento cooperativo e sustentável que visam o bem-estar, também teremos de ir à raiz das questões consideradas mais básicas como sejam: O que é «ser empresário rural» ou «empreendedor em espaço rural»? De que modo devemos desenhar «as políticas de atração e fixação de jovens em meio rural»? Queremos atrair e fixar jovens portugueses ou jovens migrantes, residentes ou visitantes? Que jovens temos atraído? Que perfis queremos atrair (se tivermos a oportunidade de escolher, ou de favorecer uma determinada tendência, ou de capitalizar um movimento social!)? Qual o potencial efetivo dos nómadas digitais? Que projetos têm potencial de desenvolver no futuro? Que níveis de inovação representam? Quais os seus impactos expectáveis? Para que territórios? Para que enquadramentos contextuais? O que queremos mudar? Quais os agentes de mudança? Qual a importância da revolução grisalha na regeneração dos ecossistemas e ambiências rurais?

Estas, e muitas outras dúvidas/questões poderão ser pontes para o desenvolvimento de uma outra perspetiva sobre «o Rural», um espaço de desenvolvimento e regeneração onde se expressam as múltiplas dinâmicas de um mundo global, ou/e um espaço onde se guardam tesouros identitários fruto das geografias locais, das relações e dos lugares?

Estamos perante a vontade de «revitalizar» ou de «regenerar» os espaços rurais (e urbanos)? Ou seja, pretendemos caminhar para uma via dentro de um mesmo modelo de progresso societal que olha para o território como um recurso que deve ser revitalizado porque está «em coma» ou, numa via mais consciente e pós pandémica, pretendemos observá-lo com um outro paradigma de progresso, o da regeneração de um conjunto de ecossistemas e suportes de vida que têm como inspiração regenerar uma relação mais saudável e respeitadora da Natureza, designadamente dos seus suportes essenciais: o solo, a água, a biodiversidade (da fauna e da flora) e a qualidade do ar?

Devemos olhar para os espaços, designadamente rurais, com uma perspetiva socioeconómica competitiva ou com uma abordagem focada na promoção da Qualidade de Vida e do Bem-estar (que implica uma maior valorização das dimensões de saúde física, psicológica, social e espiritual das pessoas, das plantas, dos animais) que vive de (des)equilíbrios dinâmicos compostos de processos colaborativos e competitivos no seio de redes sobrepostas em constante adaptação e mudança? Também devemos olhar para este tema com uma perspetiva de desenvolvimento integrado dos territórios rurbanos ou como espaços rurais de desenvolvimento de sistemas e processos de produção agroalimentar? E no seio destes processos, qual o papel das (des)igualdades, das Pessoas e das Comunidades Locais? Qual o papel dos Territórios?

Na análise da questão, pelo prisma das igualdades, serão, por acaso, as mulheres e as constelações de pessoas diferentes (por exemplo, migrantes com múltiplas proveniências), portadoras de diversas experiências e culturas (quando colocadas nos mesmos patamares de igualdade de oportunidades) capazes de reimaginar e criar melhores soluções (mais adaptadas aos processos de desenvolvimento sustentável do bem-estar)?

Como promovemos a igualdade como o principal suporte criativo da inovação para o bem-estar de longo prazo? Que ferramentas poderemos usar para este percurso, sempre temporário e efémero? Qual o papel da mulher? Qual o papel dos migrantes? Quais as oportunidades e constrangimentos que as interações poderão gerar?

Admitindo que, por enquanto, a agricultura é a coluna vertebral do espaço rural – o que não só é discutível, como parece ser cada contrariado pela instalação de múltiplas novas funções e atividades nos espaços rurais, desde as áreas de preservação e visitação ecossistémica, às unidades de turismo, às unidades de processamento de dados, às novas plataformas de produção energética «verde», aos serviços de ecossistema e às indústrias que transformam as paisagens, como poderemos explorar sinergias entre a agricultura e outros setores de atividades?

E dentro destas tendências de transformação e, eventualmente de regeneração, qual será a importância de projetos, ditos alternativos, como os das comunidades de Tamera (Odemira), Sarvinda (Castelo Branco), Habitaregen (Alenquer) ou Biovilla (Palmela)? E os das «aldeias de velhos» ou de casas autónomas para pessoas idosas como os de Águeda e Portimão¹⁹?

A este propósito, convém recordar que, hoje, em Portugal, os rurais mais profundos distam menos de uma hora de uma cidade média com bons (ou razoáveis) serviços de apoio às pessoas e às empresas. As disponibilidades de serviços e de infraestruturas de suporte à vida e aos negócios, apesar das muitas deficiências e incongruências ainda apresentadas, não têm comparação com o rural dos anos 80 do século passado.

Será que a revalorização dos territórios rurais não passará também pelo reconhecimento do seu valor enquanto ecossistemas de sustentabilidade da vida humana e, principalmente, das áreas urbanas? De onde vêm a água potável que bebemos no Porto e em Lisboa?

19 <https://www.publico.pt/2020/12/22/sociedade/noticia/autonomia-liberdade-fim-vida-aldeias-sociais-sao-habitadas-idosos-1943867>

Qual a importância da participação dos empreendedores e empreendedoras locais nos processos de tomada de decisão e de criação de soluções territoriais sustentáveis de bem-estar e de regeneração?

Numa sociedade em profunda transição, está tudo por reinventar, designadamente, as ideias e conceções que se usam para refletir sobre «o rural», muito mais do que agrícola e natural. O que representarão para os espaços rurais os novos modos de mobilidade? ... de vida? ... de produção energética? de organização do trabalho digital? de ...

Como se pode constatar, as dúvidas são muitas. Apontam em direções muito diferentes, dentro dos sistemas referidos no início deste capítulo e de acordo com as trajetórias próprias de cada local. São sementes para cultivarmos um debate alargado sobre o futuro dos mundos rurais, em Portugal, sem perder de vista a realidade concreta.

POLÍTICAS E VIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Esta nova sociedade, imensamente dinâmica, mudou e muda, todos os dias, o modo como nos relacionamos, aprendemos, trabalhamos, trocamos, como (o)usamos o nosso tempo de vida, como nos divertimos. Muda a economia. Muda as paisagens. Muda quase tudo. Esta Nova Realidade ... não pode continuar a ser olhada com os velhos olhares.

Como é que, nesta Nova Realidade ... governaremos, administraremos os nossos territórios de vida local, seja no campo ou na cidade ou nos espaços mistos que os compõem?

Quais os novos papéis para as estruturas de gestão territorial, desde os coletivos informais, as comissões de moradores, passando pelas autarquias, as CIM, as CCDR e terminando nos governos nacionais e internacionais? Qual o papel dos empreendedores e empresas?

Parece que temos, sensivelmente, 15 a 20 anos para poder mudar desacetos que não funcionam! «A bota não bate com a perdigota». Apesar da existência de múltiplos documentos reflexivos, estratégicos, de legislação diversa e todo um imenso emaranhado de instrumentos de política ... o resultado concreto da transformação rural ... não acontece dentro do desejado²⁰.

Muitos dos processos empreendedores de inovação, revitalização e regeneração dos espaços rurais passam ao lado da estrutura formal e dos racionais existentes. Parece-nos também que o problema não é exclusivamente rural, baseado numa dualidade que já não é explícita (entre o rural e o urbano) há muitos anos.

Garantidamente, a revalorização do rural e o conseqüente repovoamento que poderá gerar, é um desafio estratégico ... e coletivo, de longo prazo, para lá de 2040, numa perspetiva de regeneração de espaços e promoção de processos sustentáveis de construção do bem-estar, estruturando-se este caminho a partir de muitas corresponsabilidades em que o Estado, a Administração Pública (cada vez mais digitalizada mas nem sempre mais funcional) têm um papel essencial, de suporte e organização e as pessoas e demais organizações, um papel de dinamização.

Assim as «novas políticas» que devem aproveitar grande parte das «velhas políticas» através de recombinações imperfeitas e efémeras, devem considerar, de modo integrado e colaborativo/interdependente, as vontades, o conhecimento e competências dos múltiplos atores da sociedade (pessoas e organizações), criando-lhes espaço para participação efetiva, em tempo útil, na avaliação dos processos, das dinâmicas e dos resultados, na definição de prioridades e de caminhos, na planificação da ação, na sua concretização (sempre numa abordagem reflexiva,

²⁰ Sobre o resultado de Políticas de desenvolvimento rural, principalmente o PDR2020, ver Cruz, C. et al, 2021, POLRURA: Políticas, Ruralidade, Diversidade e Desenvolvimento- Relatório Final, para Autoridade de Gestão do PDR, <http://hdl.handle.net/10451/51078>

tendencialmente democrática ou sociocrática, colaborativa e de melhoria incremental) através de políticas corresponsáveis (público-privadas) de desenvolvimento sustentável para o bem-estar, com recurso aos mais variados processos e meios digitais.

Perante os desafios, a abundância (e escassez) de recursos que temos, num contexto de múltiplas transformações dinâmicas e sucessivas, neste modelo, o papel da administração pública, poderá ser o de liderar, em diferentes escalas: na comunidade, na freguesia, no concelho, no agregado de concelhos, na região, no país, nas regiões europeias, na União Europeia, nas redes de cooperação transnacionais, etc. – articular, alinhar e facilitar as relações construtivas de desenvolvimento sustentável, de todos os atores. Seria o funcionamento num sistema reticular (em rede), sem um modelo mecanicamente padronizado e pré-determinado, mas suportado por mecanismos dinâmicos e transparentes de monitorização e correção adaptada aos diversos contextos locais.

Neste campo, a digitalização e a inteligência artificial podem ter um imenso poder de suporte; parecem, todavia, carecer de um debate ético e de um amadurecimento formal, legislativo e instrumental, que não se faz em meia dúzia de anos.

Salvaguardando e transpondo para a prática nacional (em diferentes níveis) os princípios constitucionais da União Europeia: Integração; Solidariedade, Subsidiariedade, Identidade Nacional dos Estados-membros, Equilíbrio Institucional e de Proporcionalidade, bem como as diversas cartas que enquadram o funcionamento e os mecanismos de poder no espaço europeu, consideramos que as políticas de desenvolvimento rural (e os seus instrumentos financeiros, legais, institucionais e operativos) deverão tender para integrar e valorizar os seguintes princípios:

- ▶ Coerência – uma vez que todos os atores/agentes de desenvolvimento local, designadamente os empreendedores e empreendedoras precisam de reduzir os riscos e incertezas para prospetivar a concretização das suas iniciativas num horizonte temporal consistente e confiável;
- ▶ O princípio da transparência – uma vez que os sistemas mais transparentes aumentam a confiança e as condições de colaboração e entreajuda;
- ▶ O princípio da participação e corresponsabilidade – uma vez que todos aqueles que participam efetivamente nos processos de tomada de decisão ficam mais comprometidos e corresponsáveis com os processos de concretização;
- ▶ O princípio da colaboração alinhada – uma vez que, neste sistema complexo, o trabalho conjunto e a partilha de recursos permite um claro aumento de poder de concretização e efetividade;
- ▶ O princípio da igualdade de oportunidades ... de aprendizagem e desenvolvimento – uma vez que num sistema dinâmico em forte transformação, um dos principais desafios é o do conhecimento em tempo útil de novas abordagens, tecnologias e atores e, ao mesmo tempo, a igualdade de oportunidades, quando conjugada com a diversidade de pontos de vista permite «descobrir» novas soluções de negócio e de desenvolvimento;
- ▶ O princípio do bem-estar – uma vez que toda a ação humana, quando guiada por esta abordagem, tende para encontrar soluções de ganhos múltiplos e mútuos que melhoram as condições de vida dos cidadãos e cidadãs.

Será neste quadro de princípios que poderão ser desenvolvidos os diversos instrumentos financeiros, legislativos, institucionais, operativos/orgânicos e de articulações/alinhamento (horizontal, transversal e vertical) no seio de abordagens e sistemas reticulares interdependentes, adaptados (flexíveis) em cada escala e cada lugar.

Entidade Beneficiária:



Parceria da Operação:

